ISCSP
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

Os votos brancos e nulos nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2018)

Maria Rita da Silva Valente

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa
2022

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

VALORIZAMOS PESSOAS

Os votos brancos e nulos nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2018)

Maria Rita da Silva Valente

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Júri

Presidente:
Doutora Paula Maria Ferreira do Espírito Santo, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:
Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientador;

Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa
2022

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Matheus Valente, por contribuir decisivamente com esta honrosa conquista com o seu singular incentivo, total dedicação, suporte permanente e por tornar esta pesquisa tão fascinante quanto compreender o seu universo de Filosofia da Linguagem;

À minha família, representada pelos meus irmãos, Lourismar e Valdimar Valente, pelo apoio e relevantes contribuições ao presente estudo;

Ao meu Professor Orientador, Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pelas valiosas orientações acadêmicas, decisivas na estratégia, no desenvolvimento e na conclusão da presente pesquisa;

Aos professores do ISCSP-UL, pela excelência nas inovadoras e estimulantes metodologias e técnicas de ensino, fundamentais ao processo de aprendizagem;

Ao Bruno José Canassa, Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP, 2018), pelo relevante auxílio nos cálculos estatísticos e na avaliação das metodologias aplicadas por Costa (2006);

À Professora Dra. Mariana Rodrigues Motta, Chefe do Departamento de Estatística e Professora Titular na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pela honrosa contribuição com a sua expertise matemática e estatística, por meio da análise e relevante sugestão na conclusão do presente estudo.

RESUMO

A dissertação de mestrado visa analisar o comportamento do voto inválido (votos em branco e nulo) nas últimas cinco eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2018, procurando avaliar se há correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados brasileiros. Parte-se, em primeiro lugar, do achado de trabalhos anteriores referentes às eleições de 1989 a 2002, cujo resultado demonstra que o voto inválido e o IDH têm um comportamento inverso: quanto mais desenvolvido o estado/região, menos votos inválidos. A hipótese central desta dissertação é de que a correlação entre estas duas variáveis se modificou nas últimas duas décadas: cada vez menos o índice de votos inválidos de um estado brasileiro pode ser explicado através de seu IDH. Esta hipótese veio a ser corroborada por meio de (i) uma análise dos dados eleitorais e da conjuntura política em cada uma das cinco eleições de 2002 a 2018, e de (ii) um cálculo atualizado sobre a correlação (coeficiente de Pearson) das duas variáveis relevantes. Finaliza-se o estudo com o levantamento de conjeturas explicativas de caráter assumidamente exploratório, acerca do fato de que a correlação entre IDH e votos inválidos tornou-se estatisticamente insignificante. Mais particularmente, sugere-se que o voto inválido brasileiro tornou-se, de maneira geral, manifestação de protesto e insatisfação política de eleitores urbanos com um índice mais alto de escolaridade e sofisticação política.

Palavras-chave: Brasil; Eleições presidenciais; Votos Brancos; Votos Nulos; Comportamento eleitoral.

ABSTRACT

This MA dissertation aims to analyze the invalid votes data (both blank and null) in the five Brazilian presidential elections from 2002 to 2018, and to assess whether there is a correlation between this variable and the Brazilian states/regions' Human Development Index (HDI). Our starting point are some of the main conclusions found in previous publications focused on the preceding period of Brazilian politics (especially the four elections from 1989 to 2002); these studies generally found a negative correlation between the number of invalid votes in a state and its HDI: the higher its Human Development Index, the less invalid votes it presents. The main hypothesis of this work is that the joint behavior of these two variables has changed in the last two decades: less and less the number of invalid votes in a Brazilian state can be explained by its IDH. We corroborate this hypothesis by means of (i) an analysis of the contemporary political and electoral environment for each of the five elections from 2002 to 2018 and (ii) an updated statistical calculus of the correlation (Pearson's coefficient) of the two relevant variables. This dissertation ends with a survey of explanatory conjectures, admittedly of an exploratory nature, about the fact that the correlation between HDI and invalid votes has become statistically insignificant. More particularly, we suggest that the Brazilian invalid vote has become a vote that, in general, manifests protest and political dissatisfaction from urban voters with a higher level of education and political sophistication.

Keywords: Brazil; Presidential elections; Blank votes; Null votes; Voting behavior.

ÍNDICE……iv

INTRODUÇÃO…….. 1

1. O VOTO INVÁLIDO NO BRASIL E NO MUNDO: UMA BREVE ANÁLISE DA LITERATURA PRÉ-EXISTENTE…… 5

1.1 O voto inválido no contexto internacional e a análise de Cohen (2018)…….. 6

1.2 Votos inválidos ao redor do mundo: a meta-análise de Kouba & Lysek (2019)..... 8

1.3 As hipóteses de Cohen (2018) e Kouba & Lysek (2019)..... 11

1.4 O voto inválido no contexto brasileiro..... 13

1.5 A análise com dados em nível agregado de Costa (2006)..... 18

2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2002-2018: CONJUNTURA E VOTOS INVÁLIDOS.....20

2.1 Eleições Presidenciais de 2002..... 20

2.2 Eleições Presidenciais de 2006: Conjuntura Eleitoral…….. 25

2.3 Eleições Presidenciais de 2010: Conjuntura Eleitoral…….. 31

2.4 Eleições Presidenciais de 2014: Conjuntura Eleitoral…….. 37

2.5 Eleições Presidenciais de 2018: Conjuntura Eleitoral…….. 41

2.6 Análise comparativa (1989-2018): Variação entre o 1º e 2º turno…….. 51

2.7 Análise comparativa (2002-2018): Variação entre o 1º e 2º turno…….. 52

3. OS VOTOS INVÁLIDOS E O IDH: CORRELAÇÃO E REGRESSÃO…….. 54

3.1 Coleta de Dados …….. 54

3.2 Métodos…….. 55

3.3 Estatística Descritiva: Médias estaduais 2002-2018 (1º e 2º turno, e IDH)…….. 57

3.4 Correlação linear…….. 59

CONCLUSÃO..... 63

BIBLIOGRAFIA……..68

ÍNDICE DE TABELAS

1. Percentual de votos inválidos na primeira volta [1989-2018] e segunda volta [2002-2018] das eleições presidenciais por região..... 1
2. Votos inválidos e IDH (Coeficiente de Pearson) – Eleições Presidenciais – 1º Turno…..... 13
3. Eleições Presidenciais 2002 – Percentual dos votos inválidos por região geográfica..... 18
4. Eleições 2006 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -1º e 2º turnos…... 24
5. Eleições 2010 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -1º e 2º turnos…... 29
6. Eleições 2014 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica - 1º e 2º turnos….. 33
7. Eleições 2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica - 1º e 2º turnos… 42
8. Eleições 1989-2018 – Percentual dos votos inválidos 1º e 2º turnos..... 43
9. Médias nacionais 2002-2018 (votos inválidos 1º e 2º turnos, e IDH)..... 48
10. Correlação entre os percentuais de votos inválidos de cada estado e seu IDH..... 51

ÍNDICES DE GRÁFICOS

1. Eleições 2002 - Percentual dos votos inválidos por região geográfica – 1º e 2º turnos 18
2. Eleições 2006 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -1º e 2º turnos….. 24
3. Eleições 2010 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -1º e 2º turnos…… 29
4. Eleições 2014 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -1º e 2º turnos-….. 33
5. Eleições 2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica - 1º e 2º turnos….. 43
6. Eleições 2002-2018 – Percentual dos votos inválidos - 1º turno, por Região Geográfica…. 43
7. Eleições 2002-2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica -2º turno..... 44

ÍNDICE DE SIGLAS

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
LAPOP – Latin American Public Opinion Project
ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro
INEA – Instituto de Estudos Anticorrupção
STF – Supremo Tribunal Federal
PT – Partido dos Trabalhadores
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSL – Partido Social Liberal
NO – Norte
NE – Nordeste
CO – Centro Oeste
SE – Sudeste
SU – Sul
MQO –Método dos Quadrados Ordinários

INTRODUÇÃO

A dissertação tem como objeto de estudo o voto inválido – voto branco e voto nulo – no contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2018. De acordo com os dados do cadastro do eleitorado do País, TSE (2018), o Brasil tem 147.306.275 de eleitores, cujo voto é personalístico, obrigatório e igual para homens e mulheres, entre 18 e 70 anos e facultativo entre 16 e 18 e acima de 70 anos. Apesar de o voto ser obrigatório, de acordo com a legislação vigente, o eleitor é livre para escolher um candidato ou votar em branco ou nulo.

Nas últimas eleições presidenciais de 2018, 115,9 milhões de brasileiros compareceram às urnas no segundo turno e apenas 90,43% votaram validamente. Assim, 9,57% dos eleitores votaram em branco ou nulo, representando uma população de 11 milhões de eleitores. Quando se observam os dados das eleições brasileiras mais recentes, nota-se que, progressivamente, as regiões mais carentes do país (Norte e Nordeste) registam os menores percentuais de votos inválidos com relação às regiões mais ricas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). É o que se observa, em especial, no Nordeste Brasileiro (composto de 9 estados, e com população de 56 milhões, aproximadamente 27% da população brasileira), região historicamente mais pobre do país que perdeu o ranking de primeira colocada nos maiores índices de votos inválidos no Brasil (a partir do segundo turno das eleições de 2010), para a região mais desenvolvida e mais populosa, o Sudeste do país. Composta de 4 estados, incluindo os três mais populosos, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Sudeste totaliza uma população de 80 milhões, aproximadamente 42% da população brasileira) (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de votos inválidos no primeiro [1989-2018] e segundo turno das eleições presidenciais [2002-2018], por região.

REGIÃO	1989	1994	1998	2002/1	2002/2	2006/1
Norte	6,4	15,5	16,1	9,2	4,7	6,0
Nordeste	11,0	26,6	25,8	15,8	7,4	10,4
C-Oeste	5,5	15,4	14,8	7,2	4,3	6,3
Sudeste	5,6	16,7	14,7	8,4	5,4	8,4
Sul	5,3	14,5	14,7	8,3	7,5	6,8
BRASIL	6,4	19,2	19,1	10,4	6,0	7,6

REGIÃO	2006/2	2010/1	2010/2	2014/1	2014/2	2018/1	2018/2
Norte	3,1	5,7	4,5	6,2	5,6	5,8	6,6
Nordeste	6,5	11,3	6,7	10,2	6,0	9,5	7,3
C-Oeste	5,4	6,7	6,2	7,3	5,4	6,9	7,1
Sudeste	6,0	8,6	7,7	10,8	7,3	9,8	12,4
Sul	6,2	6,9	4,7	8,1	4,7	6,9	7,7
BRASIL	6,0	7,9	6,7	9,6	6,3	8,7	9,5

Fonte: Costa (2006) para 1989/1-1994-1998-2002/1; TSE [IPEADATA] para 2002/2-2018.

Preliminarmente, os dados da Tabela 1 sugerem as seguintes constatações:

1. O Nordeste deixa progressivamente de apresentar os maiores índices de votos inválidos e isso se verifica principalmente nos segundos turnos das eleições presidenciais e especialmente após o segundo turno da eleição de 2010;

2. O Sudeste do país, a região mais populosa e com elevados indicadores socioeconómicos, registou o maior percentual de votos inválidos em 2018 e atingiu a marca dos dois dígitos no segundo turno de eleição presidencial (12,4%);

3. O percentual de votos inválidos nos primeiros turnos é sempre superior ao do segundo turno. Nas eleições de 2018, contrariamente, os votos inválidos do segundo turno foram superiores aos registados no primeiro. A exceção à essa mudança, verifica-se na região Nordeste cujo percentual seguiu a tendência até então verificada, de redução no segundo turno eleitoral;

Tendo em vista a importância do voto na participação política e na efetiva escolha dos representantes, votar branco ou nulo é uma decisão que instiga a investigação e desperta atenção de estudiosos.[1] Ademais, o percentual dos votos inválidos tornam-se, progressivamente, muito relevantes no resultado eleitoral. Maltez (2018) declara que "todo poder político visa um ideal: o do governo pelo consenso dos cidadãos". Consequentemente, a participação política através do voto inválido mostra-se como um fenómeno que desvia deste ideal e assim requer atento estudo sobre suas causas e efeitos.

Alguns estudos sugerem a hipótese de que as condições socioeconómicas (expressa, por exemplo, pelos Índices de Desenvolvimento Humano) são parte desses motivos e, apesar de ainda não permitirem traçar um perfil sociológico suficientemente profundo, apresentam conclusões bem relevantes. Veja-se, por exemplo, a pesquisa feita por Homero de Oliveira Costa (2006, 2007) acerca da correlação entre voto inválido e baixos índices socioeconómicos. Costa (2006) demonstra, através de métodos estatísticos aliados a uma análise conjuntural, que o IDH das regiões brasileiras apresenta correlação negativa para com os índices de alienação eleitoral (votos inválidos e abstenções) em todas as eleições do período de 1989 a 2002.

"Com essas considerações iniciais, tem-se a seguinte indagação: permanece nas eleições de 2002 - 2018 a correlação negativa entre o IDH e votos inválidos como verificado no trabalho de Costa (2006) nas eleições de 1989 – 2002, ou haveria se tornado estatisticamente insignificante (ou positiva)?"

[1] Martins (2010, p. 241) reconhece que, apesar da participação no processo eleitoral através do voto válido ser sua manifestação mais direta (Martins 2015, p. 157), as formas de agência política frequentemente vão além deste ato: "As formas de participação política são entendidas também como meios através dos quais os cidadãos podem influenciar as decisões políticas admitindo-se, neste caso, o recurso a forma não consentidas ou a formas que, sendo permitidas, rompem com os requisitos prescritos em lei (ex.; protestos, boicotes, manifestações, bloqueios de vias públicas e greves)."

OBJETIVO

Partindo do trabalho de Costa (2006), este estudo visa aplicar a análise estatística executada por Costa às cinco últimas eleições presidenciais brasileiras (2002-2018), cujo objetivo geral busca responder à pergunta inicial deste trabalho, isto é, se a correlação negativa encontrada por Costa nas eleições de 1989 – 2002 entre IDH e voto inválido permanece nas eleições de 2002 – 2018 ou modificou-se. A hipótese principal é de que esta correlação tornou-se progressivamente insignificante. De fato, os resultados encontrados – apresentados em mais detalhes no capítulo 3 -, sugerem que a tendência ilustrada pelas quatro primeiras eleições presidenciais brasileiras (1989-2002), onde os estados menos desenvolvidos apresentam maiores índices de votos nulos ou brancos, de facto modificou-se. Cada vez mais, e os dados sugerem, as regiões mais desenvolvidas do país expressam maiores percentuais de votos inválidos. Tecnicamente pode-se concluir que a correlação entre IDH e índice de votos inválidos perdeu, no período sob exame, significância estatística.

Associando estes dados estatísticos à análise da literatura especializada sobre voto inválido no Brasil, América Latina e mundo – apresentada no capítulo 1, e à 3 análise da conjuntura política e eleitoral dos contextos de cada uma das cinco últimas eleições presidenciais brasileiras – apresentada no capítulo 2 -, este estudo identifica, na seção conclusões, outras conjeturas explicativas sobre o voto inválido e apesar do caráter meramente exploratório e, por isto, não definitivas, sugerem uma agenda futura de pesquisa a partir das novas pistas de investigação. Assim, o voto invalidado por motivo de erro e ignorância (o que explicaria sua prevalência nas regiões mais carentes do país face ao elevado índice de analfabetismo, aliado às condições geográficas e à complexidade da antiga cédula eleitoral antes da urna eletrónica no final dos anos 90), deixou de ser a conjetura central, cedendo espaços à novas linha de investigação, dentre elas, a invalidação motivada por motivo de protesto e insatisfação política (típico de eleitores urbanos, com maior grau de escolaridade e substancial conhecimento político).

ESTRUTURA

A dissertação está organizada em três capítulos centrais. O primeiro avança uma revisão da literatura brasileira e internacional sobre o tema, enfatizando uma taxonomia teórica dos votos inválidos proposta por mais de um trabalho, onde os eleitores que invalidam seu voto intencionalmente são divididos entre: eleitores críticos/insatisfeitos politicamente, desempoderados/alienados eleitoralmente e desencantados/anti-sistémicos. Esta taxonomia, referenciada em estudos, servirá como base para uma formulação mais acurada das conjeturas deste trabalho na seção de conclusão; mais precisamente, a de que o eleitor que invalida seu voto no Brasil é, principalmente, um eleitor crítico/insatisfeito politicamente (algo que estaria em sintonia com o fato de que, crescentemente, o voto inválido brasileiro se dá em regiões mais desenvolvidas).

No segundo capítulo analisam-se os resultados dos votos em branco e nulos em cada uma das cinco eleições presidenciais de 2002-2018, enfatizando-se os contextos políticos e conjunturais do país em cada época, e a divisão dos votos inválidos pelas cinco macrorregiões brasileiras. Ao final, procede-se à análise estatística e apresenta-se o resultado das correlações verificadas entre os votos inválidos e o Índice de Desenvolvimento Humano (capítulo 3). Os achados apresentados neste capítulo corroboram a hipótese de que a tendência encontrada por Costa nas eleições de 1989-2002 deixou de existir. De facto, a conclusão principal deste trabalho é de que o voto inválido brasileiro apresentou progressivamente menos correlação com o IDH dos estados. Se, no período de 1989 a 2002, os votos inválidos caminhavam inversamente aos indicadores socioeconómicos dos estados, este comportamento deixa de existir nas últimas eleições e, em alguns casos como a peculiar eleição de 2018, apresenta uma correlação contrária (em 2018, os estados com os melhores índices de desenvolvimento humano apresentaram mais tendência ao voto inválido). Finalmente, este trabalho finaliza com uma seção de conclusões onde são exploradas algumas breves conjeturas explicativas (Conclusão).

1. O VOTO INVÁLIDO NO BRASIL E NO MUNDO: UMA BREVE ANÁLISE DA LITERATURA PREEXISTENTE

No contexto internacional, a investigação do voto inválido foi beneficiada pela meta-análise realizada por Karel Kouba e Jakub Lysek intitulada *What affects invalid voting? A Review and Meta-Analysis* (Kouba & Lysek, 2019). Nesta meta-análise, os autores examinaram as conclusões e as metodologias de 37 publicações sobre o voto inválido (incluindo estudos em nível agregado e em nível individual) em diversos contextos ao redor do mundo e traçaram, a partir delas, suas próprias conclusões. Nesta seção, considera-se também o artigo *Protesting via the Null Ballot: An Assessment of the Decision to Cast an Invalid Vote in Latin America*, publicado por Mollie J. Cohen em 2018 (Cohen, 2018), cuja análise centra-se na motivação de eleitores que votaram invalidamente. Esta análise em nível individual é baseada em dados de inquéritos realizados em 14 países latino-americanos.

No contexto brasileiro, o trabalho *Alienação Eleitoral no Brasil: Votos Nulos, Brancos e Abstenções nas Eleições Presidenciais de 1989-2002*, realizado por Homero de Oliveira Costa (Costa, 2006), que resultou na publicação do livro Democracia e Representação Política no Brasil (2007), servirá como uma das principais bases para comparar os resultados de nossa análise original. Costa (2006), por meio de uma investigação muito similar à proposta neste trabalho, faz uma análise das eleições presidenciais brasileiras que se encerra exatamente na eleição de 2002, aquela que dá início à presente investigação. Este ponto de partida como referencial ao presente estudo assume grande importância na avaliação que se pretende realizar no período de 2002 a 2018, confirmando ou não os resultados encontrados no período eleitoral de 1989-2002.

1.1 O voto inválido no contexto internacional: a análise em nível individual de Cohen (2018)

A América Latina, com suas frágeis democracias, é historicamente a região com o mais elevado índice de votos inválidos, tanto nas eleições presidenciais (Cohen, 2018; Kouba & Lysek, 2019) quanto legislativas (Cohen, 2018). Baseada em dados do AmericasBarometer do LAPOP de 2008 a 2014, Cohen (2018) realiza uma das mais reconhecidas pesquisas públicas sobre perceção de governança e democracia realizadas pelo Latin American Public Opinion Project na Universidade de Vanderbilt (EUA). Os dados contemplam 14 países da América Latina (excluindo o Brasil), realizadas em no máximo 12 meses após as eleições nacionais e são construídas a partir de inquéritos sobre variados temas de relevância sociopolítica. A análise se dá em nível individual cuja fonte de evidência provém de pesquisas com eleitores que relatam o comportamento eleitoral (auto-observado), assim como suas próprias motivações.

Um dos objetivos centrais que a investigação buscou identificar foi uma possível correlação entre a decisão de invalidar o voto e tendências antidemocráticas. Cohen (2018, p. 399-401) distingue três motivações que podem levar um eleitor a invalidar seu voto intencionalmente. A primeira é *anti-sistémica* e envolve eleitores com insatisfação para com o sistema político vigente (usualmente, a democracia representativa). Uma segunda motivação é a *insatisfação política* – por exemplo, com o desempenho do governo vigente. A terceira motivação é a da *alienação eleitoral*. São eleitores que não acreditam no processo eleitoral ou, de forma mais geral, na política, e não atribuem valor ao voto. Pode ter ou não tendências anti-sistémicas, ou mesmo alto nível de insatisfação com o *status quo*, porém o que o leva a invalidar o voto é sua fatalística decisão de não participar no processo eleitoral.

Para identificar os efeitos da motivação anti-sistémica, a autora foca-se em dados de duas perguntas das pesquisas do Latin American Public Opinion Project- LAPOP relativas ao grau de suporte pela democracia como o melhor sistema político (apesar de suas falhas), e ao grau de preferência pela democracia (em contraste com outros regimes autoritários). De acordo com a análise de Cohen, há pouca evidência em favor da tese de que o voto inválido na América Latina (no período analisado) está positivamente associado a motivações anti-sistémicas de caráter antidemocrático. A

autora relata que “suporte à democracia não distingue eleitores que se abstêm das eleições ou eleitores que validam seus votos daqueles que os invalidam” (Cohen, 2018, p. 405).

Sobre a motivação de insatisfação política - controlada por meio da avaliação dos eleitores da performance do governo atual em (i) lutar contra a pobreza, (ii) proteger princípios democráticos, (iii) combater a corrupção e (iv) melhorar a segurança do cidadão e (v) da sua performance económica – a autora encontra resultados estatisticamente significantes. Quanto mais baixa é a avaliação de um eleitor da performance do governo atual quanto aos quatro primeiros critérios enunciados, mais alta é a probabilidade de que ele invalidará seu voto (e vice-versa para eleitores que se abstêm ou validam seu voto). Cohen (2018, p. 406) observa que o aumento na avaliação da performance do governo, nos quatro quesitos acima, acarreta redução na probabilidade do eleitor invalidar seu voto. Admiravelmente a perceção do eleitor acerca da situação económica não está sistematicamente associada à tendência de invalidar seu voto. Este resultado corrobora o estudo em nível agregado de Power & Garand (2007), igualmente focado na América Latina, porém realizado com uma década de antecedência.

Um último resultado encontrado por Cohen (2018, p. 407) é o de que o conhecimento político de um eleitor está positivamente associado à sua tendência a invalidar o voto. Este resultado corrobora recentes estudos de casos, como do México, Bolívia e contexto Europeu (respetivamente: Cisneros, 2013; Driscoll e Nelson, 2014; Moral, 2016), de que o voto inválido intencional é sobretudo uma forma de protesto sofisticada, restrita a eleitores com mais conhecimento político.

Em resumo, Cohen (2018, p. 410-411) conclui que o eleitor que invalida seu voto é, em primeiro lugar, um eleitor que protesta contra políticas específicas de seu governo, sobretudo aquelas relacionadas ao combate à pobreza, corrupção, melhorias na segurança e reforço das instituições democráticas, mas que continua apresentando uma preferência pela democracia. Em segundo lugar, o eleitor que invalida seu voto é

um eleitor alienado – aquele que não possui interesse na política ou que tem acentuada descrença na eficácia dos processos políticos.

1.2 Votos inválidos ao redor do mundo: a meta-análise de Kouba & Lysek (2019)

Os autores fazem distinção entre as causas e as motivações dos votos inválidos, um ponto até então não testado em outros estudos, e acabam por apresentar um protótipo com similaridades à proposta *tríplice* de Cohen acima referido. Em segundo lugar, Kouba & Lysek (2019) aplicam seu modelo a uma meta-análise de 37 estudos empíricos – em nível individual e agregado – e a partir das análises propõem algumas hipóteses para investigação futura.

De maneira geral, os autores centram-se em variáveis institucionais (a obrigatoriedade do voto, tipo de sistema eleitoral, nível de concorrência das eleições), variáveis socioeconómicos (nível de renda, taxas de analfabetismo, nível de escolaridade) ou em variáveis políticas e de protesto (grau de insatisfação política dos eleitores). Inicialmente, o modelo distingue os votos invalidados pela autoridade eleitoral (erro no apuramento e/ou fraude) e pelo eleitor (não intencional e intencional). Claramente, é o voto invalidado intencionalmente pelo eleitor que mais interessa ao presente trabalho. Por sua vez, este pode ser classificado, em primeira instância, a partir da interação de duas dimensões independentes: o grau de apoio político do eleitor (por exemplo, o nível de seu apoio às instituições, ao processo eleitoral etc.) e o seu grau de empoderamento político subjetivo (por exemplo, a sua perceção subjetiva sobre seu potencial de influência no processo político.) (Kouba & Lyse, 2019, p. 748). A interação destas duas variáveis dá origem a três tipos de insatisfação eleitoral distintas e independentes: (i) *crítico (ou ausência de apoio)*, (ii) *desempoderamento* e (iii) *desencantamento* (Kouba & Lysek, 2019, p. 748-450). Em seguida, apresenta-se cada um dos três tipos, enfatizando as claras convergências com o modelo tríplice proposto por

Cohen (2018). A convergência entre a taxonomia destas duas obras será, então, tomada como evidência de sua adequação teórica.

O voto inválido por *crítica* combina um baixo nível de apoio ao cenário político relevante com um alto nível de empoderamento político subjetivo. Isto é, são os votos de eleitores insatisfeitos com um ou mais aspetos políticos da sociedade e que acreditam em sua própria eficácia política enquanto cidadãos – atribuindo ao voto inválido uma valorosa arma de protesto. Há uma clara similaridade entre este tipo de eleitor, e aquele caracterizado por Cohen (2018, p. 400) como motivado por 'insatisfação política'. Ambos são caracterizáveis como eleitores que portam uma avaliação negativa de um ou mais aspetos do governo incumbente, ou da qualidade das opções apresentadas no processo eleitoral (não é incomum que todos os candidatos mais fortes numa disputa eleitoral já hajam ocupado cargos governamentais e, por isto, sejam considerados igualmente culpados pela suposta má situação do país, seja esta qual for), e responde através do voto inválido. Parece então razoável concluir que um bom modelo para explicação dos votos inválidos deve separar uma categoria relacionada à *crítica* (na terminologia de Kouba & Lysek) e à *insatisfação política* (na terminologia de Cohen).

O voto inválido por *desempoderamento* combina um alto nível de suporte político com um baixo nível de empoderamento político subjetivo. É aquele eleitor que invalida seu voto por apatia e desinteresse político, acreditando que a sua participação no processo político é irrelevante, ou pelo menos não interessante a partir de um ponto de vista subjetivo. De maneira geral, estes convivem com um alto nível de satisfação pelo *status quo* (apesar de que tal satisfação possa ser irrefletida ou até mesmo injustificada). Outro motivo é a obrigatoriedade do voto, que é vista por estes eleitores como um empecilho desnecessário, a ser resolvido de maneira rápida através do voto inválido. Este tipo de eleitor tem clara correlação com o perfil do eleitor caracterizado por Cohen como motivado por 'alienação eleitoral'. Convém concluir que um bom modelo conceitual deve reservar uma categoria para os eleitores motivados por *desempoderamento* e *alienação eleitoral*.

O voto inválido por *desencantamento* combina um baixo nível de suporte político com um baixo padrão de empoderamento político subjetivo. É o voto do eleitor que manifesta uma profunda alienação para com o sistema político, assim como um alto descrédito no funcionamento das instituições políticas e autoridades eleitorais. Neste contexto, o voto inválido é um protesto anti-sistema e antipolítico, frequentemente com tons antidemocráticos. Kouba & Lysek (2019, p. 400) caracterizam este eleitor como a maior ameaça à democracia, pois fragiliza a legitimidade das eleições e claramente é similar àquele eleitor distinguido por Cohen caracterizado como 'anti-sistémico'. Conclui-se, portanto, que convém distinguir os eleitores que invalidam seu voto por motivações '*anti-sistémicas'* e por *desencantamento*.

Dado este modelo, Kouba & Lyseb (2019) realizam uma análise de 26 pesquisas com dados de nível agregado (dados oficiais das autoridades eleitorais e censo) e 11 pesquisas com dados de nível individual (dados de inquéritos de opinião). A meta-análise permite a extração de diversas conclusões relevantes. A obrigatoriedade do voto se mostra como a variável mais robustamente correlacionada com o índice de votos inválidos. A segunda variável mais significante é a qualidade da democracia no país estudado. Em apenas 20% dos modelos analisados, a baixa qualidade da democracia não se mostrou como causa estatística de um alto número de votos inválidos. Em nenhum modelo a alta qualidade da democracia se mostrou como causa estatística para um alto número de votos inválidos.

Interessantemente, a meta-análise de Kouba & Lyseb mostra que indicadores de competição política (fragmentação, polarização e competitividade das eleições), assim como variáveis socioeconómicas (tais como taxas de desemprego, escolaridade, urbanização e idade) mostraram resultados menos consistentes e até contraditórios. O nível de fragmentação política (relativo ao número de partidos concorrendo à eleição, ou pelo menos ao número de partidos com força e popularidade) é sensível a fatores contextuais das sociedades concernentes. Isto é, estaria positivamente correlacionada com o número de votos inválidos em vários países onde as eleições são proporcionais e, contrariamente, mostrou-se como causa estatística de

um baixo número de votos inválidos de acordo com um estudo de caso da Itália (Aldashev & Mastrobuoni, 2013) e de eleições municipais na Colômbia (Pachón et al, 2017, p. 103).

Algo parecido se mostra o caso com variáveis socioeconómicas. Inicia-se pelo nível de educação: enquanto 10 pesquisas mostraram uma correlação negativa entre escolaridade e a tendência a invalidar o voto, 4 pesquisas encontraram o resultado contrário e 3 não encontraram nenhuma correlação estatisticamente significante (Kouba & Lysek, 2019, p. 760). A hipótese dos autores é a de que a escolaridade dos eleitores tem um efeito oposto na tendência ao voto inválido, dependendo dos fatores contextuais ao redor do eleitor relevante. Em países onde o sistema eleitoral é antiquado e complicado, eleitores com baixo nível de escolaridade têm maior propensão a cometer um erro no processo de votação, assim invalidando seu voto por erro. Em outros contextos, por outro lado (tais como países onde há adoção universal de urnas eletrónicas simplificadas), é cabível esperar que o voto invalidado por erro seja diminuído ou quase erradicado; assim, poder-se-ia esperar que a maior parte dos votos inválidos viessem de eleitores com alta escolaridade, já que estes tendem a ser mais críticos do sistema político vigente, e de portarem mais alta perceção de seu poder político subjetivo. Em outras palavras, a hipótese de que nestes contextos o voto inválido ver-se-ia manifestado através do voto inválido *crítico*.

De modo semelhante, eleitores urbanizados e mais jovens, em geral, cometem menos erros eleitorais, mas, por outro lado, tendem a invalidar o voto por insatisfação política. Finalmente, os autores não encontram uma correlação estatisticamente significante no nível de renda dos eleitores e sua disposição a votar inválido (3 estudos mostraram uma correlação negativa entre renda e voto inválido, e 5 sem nenhuma correlação).

Kouba & Lysek (2019, p. 765-769) resumem as conclusões na forma de três recomendações para futuras investigações. Em primeiro lugar, despertam atenção do modo como uma variável depende do contexto. Como dito acima, em sociedades onde

o sistema eleitoral é mais sofisticado (e de fácil emprego pelas diversas esferas da população), menos votos serão invalidados por erro. Isto poderia acarretar uma significante dissociação entre índices de votos inválidos e as camadas menos educadas da população. Em segundo lugar, os autores enfatizam as múltiplas causas dos votos inválidos. Isto mostra uma limitação das pesquisas empíricas que usam dados de nível agregado: elas só são sensíveis aos efeitos finais, mas não à complexa interação de causas que os acarretaram. Assim como a questão da sensibilidade ao contexto, o problema das múltiplas causas dos votos inválidos requer que o pesquisador seja duplamente atento a fatores contingentes da sociedade que está analisando. Por último, Kouba & Lysek reiteram o fato de que os votos inválidos são frequentemente influenciados por fatores circunstanciais ativos no período eleitoral, tais como movimentos sociais em prol do voto inválido a exemplo das eleições mexicanas de 2009.

1.3 Extraindo algumas hipóteses para a presente pesquisa

Os trabalhos de Cohen (2018) e Kouba & Lysek (2019) apresentam convergência quanto à classificação tríplice da motivação do voto inválido intencional.

Cohen (2018, p. 411-412) sugere, para o caso dos países latino-americanos investigados, que o voto inválido não está positivamente correlacionado com tendências antidemocráticas, mas, sim, com **insatisfação política** (atuação do governo, pobreza, desigualdade, corrupção e insegurança). Se trataria, portanto, de um eleitor com um nível maior de sofisticação política, geralmente concentrado nos grandes centros urbanos e nas regiões com os melhores indicadores sociais de seu país.

A hipótese sugere que, em um país em permanente processo de desenvolvimento como o Brasil, o voto inválido teria se tornado progressivamente mais associado com os estratos mais privilegiados do país. Essa hipótese explicativa parece

compatível com a hipótese, a ser analisada matematicamente no capítulo 3, de que o voto inválido no Brasil deixou de correlacionar-se negativamente com os indicadores socioeconómicos dos estados brasileiros. Em outras palavras, se o eleitor que invalida seu voto no Brasil é um eleitor insatisfeito que manifesta, através de seu voto nulo ou branco, uma crítica à situação social e política do país, então se encontraria majoritariamente nos grandes centros urbanos e regiões com melhores índices socioeconómicos do país.

Por fim, Kouba & Lysek (2019, p. 765-769) mostram que algumas variáveis socioeconómicas, mais particularmente relacionado aos graus de educação da população, possuem efeitos complexos, altamente dependentes ao contexto, no índice de votos inválidos. Enquanto vários estudos (10) analisados por estes autores encontraram uma correlação negativa entre educação e voto inválido, outros encontraram a correlação oposta (4), e outros não encontraram nenhuma correlação (3). A conclusão de Kouba & Lysek é a de que o efeito da educação no voto inválido tem duas frontes. Por um lado, os eleitores com maior nível de escolaridade tendem a ser aqueles que escolhem o voto inválido como forma de manifestar algum tipo de insatsifação política. A crítica através do voto é uma forma sofisticada de protesto e, portanto, típica de eleitores urbanos que constantemente se informam sobre a situação social e política do país. Por outro lado, os eleitores com menos índice de escolaridade, principalmente em países com muita carência económica, tendem a ser aqueles que invalidam seu voto por erro no processo eleitoral (principalmente se o sistema eleitoral for relativamente complexo).

A propósito, com a implantação das urnas eletrónicas a partir dos anos 90, o processo eleitoral no Brasil tornou-se consideravelmente mais simples no período analisado nesta dissertação (2002-2018) do que era anteriormente (1989-2002). A partir deste simples fato, pode-se conjeturar que o número de votos inválidos decorrentes de erro diminuiu consideravelmente. Deste ponto, levanta-se a hipótese de que o voto inválido brasileiro tornou-se, cada vez mais, uma manifestação de protesto de eleitores

com alta escolaridade (o voto crítico) e, portanto, observado nas regiões com os melhores índices socioeconómicos do país.

1.4 O voto inválido no contexto brasileiro: Borba (2008) e da Silva (2016)

Inicia-se com uma revisão dos principais achados das pesquisas em nível individual de Borba (2008) – que utiliza dados de uma pesquisa pública de 2002 - e da Silva (2016) – de 2010.[2]

Borba (2008) realiza a sua análise (em nível individual) a partir dos dados de um dos mais extensos inquéritos públicos brasileiros realizado em 2002, o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), focando-se exclusivamente em dados relativos à eleição presidencial de 2002 (primeira volta). As variáveis consideradas por este autor foram divididas em dois tipos: (i) socioeconómicas e (ii) atitudinais. As conclusões podem ser resumidas da seguinte forma: em relação ao primeiro: quanto maior a renda e escolaridade de um eleitor, menor a probabilidade de se abster da eleição e ainda menor a probabilidade de invalidar seu voto (13,9% dos indivíduos com até um salário mínimo de renda familiar abstiveram-se; 2,9% invalidaram seus votos; apenas 6,5% dos indivíduos com mais de 10 salários-mínimos se abstiveram e apenas 2,1% invalidaram seus votos). Este achado sugere uma correlação negativa entre renda e voto inválido no primeiro turno da eleição de 2002 (Borba, 2008, p. 148-149).

[2] Cabe destacar que muitos trabalhos importantes sobre o voto inválido brasileiro foram deixados de fora de nossa discussão por não se concentrarem nos temas que aqui são de mais relevante interesse. Por exemplo, o influente trabalho de Santos (1987), intitulado *Crise e Castigo: partidos e generais na política brasileira*, apresenta um dos mais completos estudos da alienação eleitora brasileiro no período entre 1945 e 1982. Como a maior parte deste período engloba o período de ditadura militar brasileira, quando o funcionamentos das instituições era altamente controlado pela cúpula do governo e os índices de democracia eram obviamente baixos, não parece plausível hipotetizar que as causas da alienação eleitoral neste período correspondam às suas causas no período de redemocratização (1989-2002) ou no período a qual o presente trabalho está concernido (2002-2018). Lima Júnior (1990) é um dos primeiros pesquisadores a sugerir a hipótese de que a causa da abstenção eleitoral poderia ser distinta da causa dos votos inválidos, outra questão que foge do escopo do presente trabalho (Nicolau, 2002 ecoa a conclusão de Lima Júnior e clama por distinguir o estudo da abstenção eleitoral do estudo do voto inválido).

Já no que diz respeito às variáveis atitudinais, Borba (2008, p. 151-153) conclui: (i) a tendência de invalidar o voto é positivamente associada a avaliar como péssimo o funcionamento das instituições; (ii) a tendência a ter um alto sentimento de eficácia política é negativamente associado ao voto inválido e, (iii) quanto mais satisfeito com a democracia, menor a tendência a invalidar o voto. Estes resultados parecem compatíveis com o modelo triplo que aqui foi adotado segundo o qual as motivações que levam ao voto inválido podem ser divididas em: voto crítico/por insatisfação política (ver a conclusão i), desempoderamento/alienação política (ver a conclusão ii) e desencantamento/tendências anti-sistémicas (ver a conclusão iii).

Da Silva (2016) recorre a dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2010, um inquérito público de larga escala, mais recente e atualizado que aquela de 2002 utilizada por Borba (2008), procurando avaliar certas hipóteses plausíveis sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Da Silva (2016, p. 150 - 158) lança 15 hipóteses distintas, das quais as oito seguintes são de particular interesse para a presente investigação:

1) Eleitores insatisfeitos (com a política e a economia) utilizam as eleições para expressar suas insatisfações, optando pelo voto branco ou nulo; (Da Silva, 2016, p. 150)
2) Protestar por via eleitoral (voto branco e nulo) é a opção do eleitorado com menos recursos individuais (medidos por escolaridade e renda familiar); (Da Silva, 2016, p. 151)
3) Eleitores marginalizados são mais suscetíveis de se absterem e, em uma situação de voto facultativo, não compareceriam às urnas; (Da Silva, 2016, p. 151)
4) Cidadãos mais antenados (informados e atentos) ao regime político comparecem mais às urnas e estão dispostos a continuar comparecendo em uma situação de voto facultativo; (Da Silva, 2016, p. 154)

5) Eleitores que se informam com regularidade, acompanham a campanha eleitoral e apresentam conhecimento quanto aos assuntos políticos, e estão menos propensos a votar em branco ou nulo; (Da Silva, 2016, p. 156)
6) Quando as ofertas eleitorais não correspondem às expectativas do eleitorado, elas acabam por desmobilizá-lo, contribuindo para o aumento da alienação eleitoral; (Da Silva, 2016, p. 157)
7) Eleitores que avaliam positivamente o desempenho do governo estão menos propensos a votar em branco ou nulo; (Da Silva, 2016, p. 157)
8) Eleitores que nutrem predileção por algum partido político estão menos inclinados a anular ou votar em branco. (Da Silva, 2016, p. 158)

Cada hipótese é analisada a partir de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2010. A análise da hipótese 1 é baseada em duas variáveis: uma de caráter económico fundamentada na avaliação sociotrópica do eleitor da economia, outra de caráter político embasada na avaliação do eleitor do desempenho das instituições, satisfação com políticas setoriais e com a democracia brasileira. A hipótese 2 é investigada a partir da escolaridade e renda dos eleitores que declararam haver invalidado seus votos. A hipótese 3 é analisada a partir de fatores de marginalização do eleitor: se é negro, pardo, desempregado, vulnerável à pobreza ou tem o ensino primário incompleto. A hipótese 4 é investigada a partir da opinião dos eleitores sobre a eficácia do voto, da política, com sentimentos de predileção partidária, com apoio difuso à democracia, e com satisfação para com a democracia em geral. A hipótese 5 é examinada a partir das variáveis: se o eleitor lê jornal, assiste a telejornais, acompanha as eleições, e seu índice de cognição política. A hipótese 6 é investigada a partir da opinião dos eleitores sobre se há reais diferenças entre os candidatos em uma eleição, ou caso se sentem representados por algum candidato. A hipótese 7 é estudada a partir da avaliação dos eleitores sobre o governo Lula, na época, o último presidente eleito. A hipótese 8 é investigada a partir da existência de sentimentos partidários entre os eleitores (Da Silva, 2016, p. 149-158).

Da Silva (2016, p. 162-171) encontra os seguintes resultados com relação aos eleitores que votaram nulo ou em branco. Cinco variáveis não apresentaram correlação

estatisticamente significante com o voto inválido: avaliação sociotrópica da economia, índice de avaliação do desempenho das instituições, renda familiar, e avaliação do atual governo. Entre as variáveis que se mostraram estatisticamente relevantes, destaca-se que "cada aumento na escala de satisfação com as políticas setoriais (0 a 50), reduzem as chances de o eleitor votar em branco ou anular o voto em 6,4%"; "o eleitor que considera que o país se tornou mais democrático tende a votar menos em branco ou nulo, 68%"; "a cada aumento na escolaridade, aumentam as chances de o eleitor votar em branco ou nulo em 26,8%"; "o eleitor que assiste telejornal reduz suas chances de votar em branco ou anular o voto em 64,9%"; os eleitores com mais cognição política possuem muito menos chances de invalidar seu voto; acompanhar as eleições diminui em 53% as chances de invalidar seu voto; quanto mais diferença se percebe entre os candidatos, menos chances há de invalidar seu voto; "possuir estima por algum partido reduz as chances de votar em branco ou nulo em 46,2%" (Da Silva, 2016, p. 164).

À primeira vista, duas conclusões interessantes podem ser extraídas dos achados de da Silva. Em primeiro lugar, assim como conclui da Silva (2016, p. 173), "a insatisfação está na base motivacional do eleitorado que opta por esse tipo de voto [inválido]". Isto indica que uma significativa parcela do eleitorado (que invalidou o seu voto em 2010) pode ser caracterizada como motivada por voto *crítico* e *insatisfação política.* Cabe destacar que a insatisfação desta parcela do eleitorado era muito mais fortemente relacionada às políticas setoriais nacionais (controle da criminalidade, redução da desigualdade, ensino público, saúde e desemprego), à qualidade da democracia do país, e à perceção de verdadeiras diferenças entre os possíveis candidatos do que a fatores económicos ou às instituições políticas (Governo Federal, Justiça, Partidos Políticos, e Congresso Nacional). A influência de uma avaliação positiva da democracia brasileira na redução dos votos inválidos, por sua vez, sugere que a motivação *desencantada/anti-sistémica* tem um peso insignificante na base motivacional do eleitor que invalida seu voto (tal hipótese corrobora aquela sugerida por Cohen (2018) no contexto latino-americano, isto é, de que o eleitorado que invalida seu voto nesta macrorregião é sobretudo um eleitor que protesta, e não um eleitor com tendências antidemocráticas).

Em segundo lugar, parece haver uma inesperada contradição entre indicadores socioeconómicos dos eleitores e sua tendência de invalidar o voto. Por um lado, da Silva (2016, p. 174-175) descobre que os eleitores com mais alto nível de escolaridade são os que possuem mais tendência para o voto inválido. Por outro, aqueles eleitores que possuem maior cognição política (sabendo nomear os candidatos e seus partidos, por exemplo) e que acompanham os telejornais são os que possuem menos tendência para o voto inválido. Como observa da Silva (2016, p. 174), "esse resultado revela certo descompasso entre escolaridade e informação". A conjetura explicativa de da Silva (2016, p. 174-175) é a de que, aqueles eleitores escolarizados que invalidam seu voto não costumam acompanhar de perto o processo político do seu país (através de telejornais, por exemplo). Estes poderiam ser eleitores intelectualmente sofisticados que, por não acompanhar as notícias políticas rotineiramente, acreditam não possuir suficientes evidências ou informação para poder realizar uma escolha eleitoral apropriada. Esta hipótese se baseia na tese de que um eleitor com mais escolaridade requererá mais evidências para se sentir confortável em escolher um candidato num processo eleitoral; porém, dado que esta sofisticação intelectual pode muito bem ser concomitante a um alheamento aos processos políticos de seu país, este eleitor acabaria por preferir abster-se ou invalidar seu voto do que fazer uma decisão política arriscada.

Baseando-se nestas conjeturas, Da Silva conclui: "Assim, os votos brancos e nulos assumem uma dimensão de protesto de um público escolarizado, mas que é distante da política" (2016, p. 175).

1.5 A análise com dados em nível agregado de Costa (2006)

Costa (2006) analisa os primeiros turnos das eleições presidenciais de 1989 a 2002 através de dados em nível agregado provindos de fontes como: dados geográficos e territoriais sobre as regiões brasileiras, IDH, índice de exclusão social, e

dados do Tribunal Superior Eleitoral. Este trabalho é especialmente relevante para a presente pesquisa por se tratar de um dos mais completos e recentes estudos realizados com uma metodologia similar àquela aqui empregada e exposta nos capítulos seguintes. Assim, os resultados encontrados por Costa servirão como uma promissora base de comparação aos resultados apresentados a seguir. Nessa subsecção, apresentaremos apenas as conclusões mais gerais deste trabalho; dados mais precisos serão apresentados no próximo tópico, no contexto de nossa análise comparativa.

Ecoando os pontos que Kouba & Lysek (2019) enfatizariam uma década depois, Costa (2006, p. 129) reconhece as limitações de uma análise da alienação eleitoral que se utiliza apenas de dados em nível agregado e sobre o risco de cometer aquilo que se convencionou chamar de "a falácia ecológica", isto é, a inferência de conclusões ao nível do indivíduo a partir de dados agregados de nível macro. Costa (2006, p. 129) admite que sua análise com dados de nível agregado necessitaria ser contextualizada e relacionada com a cultura política de fundo brasileiro para que seus resultados pudessem ser mais conclusivos e transponíveis em nível individual. A principal conclusão de Costa (2006, p. 185-192) é a de que fatores socioeconómicos, tais como os índices de desenvolvimento humano (IDH) e índices de exclusão social, explicam grande parte dos votos inválidos. Esta conclusão se ajusta bem ao fato de que as regiões Nordeste e Norte, aquelas que possuem os piores indicadores socioeconómicos do país, apresentaram constantemente os maiores índices de votos inválidos em todas as eleições analisadas pelo autor.

A conclusão de Costa (2006, p. 185-192) é baseada sobretudo no cálculo do coeficiente de Pearson relativo ao índice de votos inválidos dos estados brasileiros e o seu IDH. Este cálculo, relativo ao período de 2002-2018, que será realizado e apresentado no capítulo 4 do presente trabalho, estabelece o comportamento conjunto das variáveis analisadas. Um coeficiente com sinal negativo indica que, quanto maior é uma das variáveis, menor será a outra (e vice-versa). Costa encontra valores negativos (praticamente todos com significância alta, "**") para todas as eleições analisadas:

Tabela 2 – Votos inválidos e IDH (Coeficiente de Pearson) – Eleições Presidenciais – 1º Turno

REGIÃO	**1989** (%)	**1994** (%)	**1998** (%)	**2002** (%)
IDH – voto nulo	-0,83**	-0,60**	-0,71**	-0,76**
IDH – voto em branco	-0,91**	-0,78**	-0,62**	-0,38*

Tabela montada por meio dos dados apresentados por Costa (2006, capítulo V)

Costa (2006, p. 181-2) conclui que o "IDH foi a variável que teve maior efeito relativo sobre a variação de votos brancos e nulos. […] Pode-se então aceitar a hipótese de que os fatores socioeconómicos são os principais determinantes da variação dos votos brancos e nulos." Essa forte correlação negativa encontrada por Costa entre IDH e votos inválidos no período de 1989 a 2002 servirá como base para o estudo comparativo com os resultados do período de 2002 a 2018, que serão apresentados na Conclusão, quando se voltará a olhar os achados de Costa, apresentando também alguns dados mais precisos. Antes, será feito uma análise da conjuntura política e dos índices de votos inválidos no Brasil desde 2002 até a última eleição presidencial realizada em 2018.

2. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2002-2018: CONJUNTURA E VOTOS INVÁLIDOS

Neste capítulo, serão analisadas separadamente as cinco últimas eleições presidenciais realizadas de 2002 a 2018. Primeiro, apresenta-se uma breve discussão sobre a conjuntura eleitoral e o contexto sociopolítico do país e, em seguida, faz-se uma breve análise dos percentuais de votos inválidos nos primeiros e segundos turnos.

2.1 Eleição presidencial de 2002

As eleições de 2002 tornaram-se um marco na história do Brasil. Chega ao poder, por meio de eleições diretas, após três tentativas frustradas (1989, 1994 e 1998) e anos de oposição ao modelo económico vigente, o Partido dos Trabalhadores – PT, um partido de esquerda, com forte identidade ideológica e ampla rede social. Com o seu líder fundador, Luiz Inácio Lula da Silva, o PT vence as eleições e chega à Presidência da República. O fator "Agora é Lula" (Almeida, 2007) contagiou a campanha eleitoral, expressando um sentimento de ter chegado a hora do Partido dos Trabalhadores e a vez de Lula da Silva comandar o País. Até então, a votação de Lula estaria mais concentrada nas regiões ao sul e sudeste do país, destacando-se nos grandes centros, nos municípios mais desenvolvidos em termos socioeconómicos. Em São Paulo, maior colégio eleitoral, Lula obteve 55,39% dos votos válidos, no Rio, 78,99% e no Ceará, 71,78% dos votos válidos (TSE, 2002) .

Da análise do contexto em que se desenvolveu a eleição de 2002, deve-se considerar as duas eleições presidenciais anteriores (1994 e 1998) decididas em primeiro turno – eleições polarizadas pelo PSDB e pelo PT, com elevados percentuais de abstenção eleitoral, votos inválidos. Em 2002, com 115,2 milhões de eleitores inscritos, ou seja, com 65,8% da população, o Brasil realizou a 27ª eleição presidencial e a 19ª por meio do voto direto. Percebe-se, a princípio, que a eleição de 2002, definida em segundo turno, foi mais competitiva e representativa, com melhores indicadores de participação eleitoral e apenas 6% de votos em branco e nulos.

A vitória consagrada de Luiz Inácio Lula da Silva com 64% dos votos válidos deveu-se a vários fatores. Em análise realizada sobre as eleições de 2002, Figueiredo & Coutinho (2003) ressaltam como as pesquisas e a propaganda eleitoral gratuita interferiram nos acontecimentos que culminaram com a vitória de Lula da Silva. De outro modo, o desgaste e a baixa popularidade do presidente FHC em segundo mandato diante da crise cambial de 1999 e a consequente desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, e em 2001, a crise do setor energético, com racionamento de energia e o explorado "apagão elétrico" também são considerados fatores relevantes no pleito eleitoral de 2002. Verifica-se que a avaliação económica de um governo é determinante

em eleições. Por isso, a deterioração das finanças públicas, com os desastrosos efeitos sobre a economia brasileira, o elevado e crescente percentual do desemprego no país e o aumento das desigualdades sociais deu espaço à bem sucedida estratégia política eleitoral do Partido dos Trabalhadores que, na visão de Baquero (2007), pode-se destacar, dentre outros fatores, a mudança programática do PT, que foi gradativamente se afastando das teses mais de esquerda e do socialismo para práticas reformistas, o compromisso com a "Carta aos Brasileiros" e o marketing político na construção da imagem do "Lula, paz e amor".

É fato que o Partido dos Trabalhadores teve que se ajustar às demandas do mercado e adotar um discurso mais conservador e inclinado mais ao centro. Segundo Costa (2006, p.14), "os partidos de massa alteraram a sua composição e seus objetivos para se transformarem em agremiações profissionais eleitorais, cujo objetivo primeiro é o de alcançar o poder de qualquer maneira […] ao se profissionalizarem, perdem seu conteúdo ideológico. […] Nessas circunstâncias, será priorizado o espaço de disputa política e não mais o espaço institucional de discussões". A Campanha do PT em 2002 foi ajustada aos interesses de poder do partido. A mudança expressa pelo povo brasileiro podia ser identificada na mudança de postura do Partido, do seu candidato e do seu programa de governo. Como já dizia Bobbio (2017, p. 210), "Numa sociedade democrática, as forças políticas são os partidos organizados: organizados acima de tudo para perseguir os votos, para procurar obter o maior número deles".

E o PT se organizou e, alinhado à mudança programática, contou com expressiva cobertura mediática que, sem dúvida, foi outro relevante fator nas eleições presidenciais. A enorme cobertura realizada pela televisão, os bem estruturados programas de propaganda eleitoral partidária no horário eleitoral gratuito ofereceram ao grande público a possibilidade de analisar as propostas, os candidatos e a escolha. A análise realizada por Yan Carreirão (2004) sobre as eleições de 2002, "houve diversas 'ondas' de crescimento de diferentes candidatos, indicando uma grande volatilidade do voto, pelo menos até o final de agosto de 2002 (cerca de 40 dias antes do 1º turno)", e a primeira "onda", como diz Carreirão, surgiu com a ascensão de Roseana Sarney, pré-

candidata pelo Partido da Frente Liberal-PFL. A imagem da então governadora do Maranhão, nordestina, exibindo a imagem de uma mulher moderna, sensível aos problemas sociais e com alta aprovação da população maranhense à sua gestão.

Figueiredo e Coutinho (2003), em seu artigo Eleições de 2002, destaca que, "não obstante ter sido considerada um "fenómeno" pela imprensa, […] a candidatura de Roseana Sarney terminou em abril de 2002 quando foram descobertos R$ 1,5 milhão em dinheiro no escritório da empresa Lunus, da qual ela era sócia, dinheiro que foi considerado recurso de campanha".

O destaque da história da candidatura Roseana Sarney serve para demonstrar o nível de dependência eleitoral dos políticos frente ao marketing político eleitoral. Isso certamente traz à discussão debates nos fóruns especializados que analisam a influência exercida pela televisão nos processos eleitorais, tanto influências de variáveis demográficas, socioeconómicas e atitudinais sobre a decisão de voto do eleitor, bem como suas motivações declaradas para o voto. As eleições de 2002 foram o grande palco dos média. Yan Carreirão (2007), em análise preliminar do processo e dos resultados da eleição presidencial de 2002**,** argumenta que: […] a campanha de Lula conseguiu neutralizar eficientemente dois aspetos centrais da rejeição ao candidato em outras eleições: de um lado, o "radicalismo" de Lula e do PT; de outro, o despreparo de Lula para governar.

Com 94,0% dos votos válidos no segundo turno eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente do Brasil com 52,7 milhões de votos, correspondendo a 61,27% dos votos válidos. Os votos brancos e nulos sofreram alterações significativas em comparação às eleições de 1998. Observa-se no relatório do Tribunal Superior Eleitoral, Eleições 2002 (TSE, 2002) que de 18,70% em 1998, o percentual reduziu-se a 10,39% no primeiro turno e a apenas 6,00% no segundo turno das eleições 2002. Parte da redução do percentual dos votos inválidos pode ser atribuída à implantação das urnas eletrónicas – em 2002, 100% da votação se deu por meio do processo eletrónico -, e nos dizeres de Nicolau (1998), além da "dar cabo das fraudes, ainda significativas em

partes do país, sobretudo na fase de apuração dos votos" o […] "grande mérito foi ter tornado mais fácil o ato de votar para o enorme contingente de eleitores de baixa escolaridade, reduzindo, assim, de maneira impressionante os votos inválidos".

Os votos inválidos em 2002

O candidato do Partido dos Trabalhadores, após a vantagem no primeiro turno com 46,44% dos votos válidos, venceu as eleições na segunda volta com 61,3% dos votos válidos, registando maioria em todas as regiões do país. O comparecimento eleitoral de 91.664.269 eleitores, com 6,00% de votos inválidos, sendo 1,88% de votos em branco e 4,12% de votos nulos, percentual muito inferior aos 10,39% verificados no primeiro turno, embora, tradicionalmente, a segunda volta apresente menor crescimento dos votos válidos em razão da disputa mais competitiva e propostas de governo melhor caracterizadas, o que motiva o eleitor à participação eleitoral e à manifestação válida.

Nada obstante, deve-se dar ênfase à concentração dos votos por região geográfica. Ainda em 2002, o nordeste do Brasil continuou com os maiores percentuais de votos inválidos. Com 15,86% no primeiro turno, ficou bem acima da segunda posição de 9,20% do norte do Brasil. Na segunda volta, embora a região Sul tenha atingido o maior percentual de 7,5%, o Nordeste registou 7,4% do total dos votos brancos e nulos. Isso parece compatível com os achados de Costa (2006, p. 244-246), os quais demonstram que a variação das taxas dos votos brancos e nulos pode ser explicada pela variação IDH, o que vem confirmar a hipótese de que os fatores socioeconómicos são os principais determinantes da variação dos votos brancos e nulos. Quanto menos desenvolvida a região, mais votos inválidos.

Verifica-se, finalmente, que as eleições de 2002 – primeiro e segundo turnos – apresentaram votos brancos e nulos bem inferiores aos registados em 1994 e 1998, que foram consideradas atípicas (decididas em turno único). Um fator que certamente teve papel nessa diminuição dos votos inválidos foi a introdução da urna eletrónica a

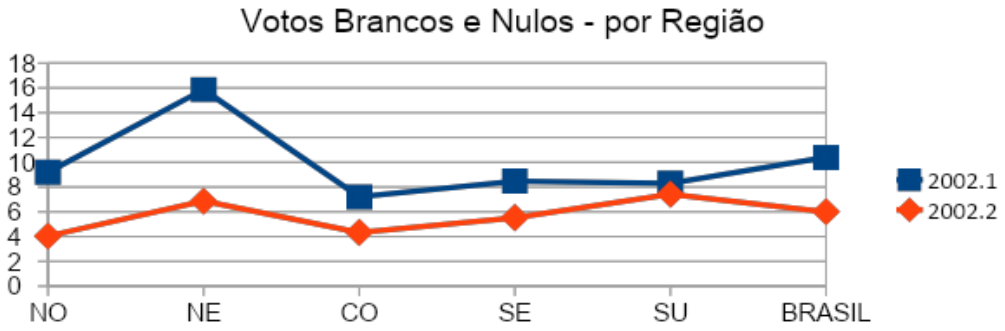
partir da eleição de 2002 – dado seu design simples, os votos inválidos por equívoco diminuíram consideravelmente. Abaixo, os dados em Tabela 3 e Gráfico 3 para melhor visualização:

Tabela 3 – Eleições Presidenciais 2002 – Percentual dos votos inválidos por região geográfica

ELEIÇÃO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2002.1	9,20	15,86	7,20	8,48	8,30	10,39
2002.2	4,7	7,4	4,3	5,4	7,5	6,00

Fonte:TSE-Eleições 2002 (TSE, 2002). Elaboração própria

Gráfico – Eleições 2002 - Percentual dos votos inválidos por região geográfica – 1º e 2º turnos



Fonte:TSE-Eleições 2002 (TSE, 2002). Elaboração própria.

2.2 Eleições Presidenciais 2006

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 foi esperada em primeiro turno. A alta popularidade atestada ao longo do primeiro governo seria suficiente à conquista de um novo mandato. De acordo com a matéria da Folha Online de 10/10/2004 (Folha de São Paulo, 2004), o jornal El País publicou a pesquisa CNI/Ibope de 10/12/2004 divulgando o crescimento da aprovação popular do presidente Lula de 55% em setembro para 62% em novembro. Nada obstante, um esquema de corrupção conhecido como "mensalão", seguido de várias outras denúncias contra agentes do governo, colocaria o governo na defensiva e em suspense a reeleição.

Mensalão foi o nome dado a um plano criminoso voltado para a compra de votos dentro do Congresso Nacional. De acordo com a instrução da Ação Penal nº 470-

DF (STF, 2003), “Trata-se da mais grave agressão aos valores democráticos que se possa conceber”. Na primeira esfera, caracterizou-se na manipulação política para fortalecimento do Partido dos Trabalhadores-PT, por meio de repasse de dinheiro – ou seja, propina. As acusações levariam à instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito. Além da ação penal, a investigação por meio de CPI’s dos Correios e do Mensalão vasculhava as entranhas do governo Lula e de seus aliados e ensaiou a pauta do impeachment. Além da queda de importantes ministros do governo Lula, o esquema resultaria na acusação formal de vários deputados por suposto envolvimento com o esquema do mensalão. (STF, 2013)

O então procurador-geral da República, António Fernando de Souza, denunciou ao STF, em 2006, um esquema comandado por uma “organização criminosa” que teria em seu núcleo, além de ministro do governo central, José Dirceu, dirigentes do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de negociar apoio político, pagar dívidas de partidos e custear campanhas eleitorais do PT e de siglas aliadas. De acordo com a denúncia, os delitos se iniciaram com a vitória do PT na eleição presidencial de 2002, e visavam assegurar a continuidade do projeto de poder do partido. Os envolvidos foram investigados por sete crimes: peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, e gestão fraudulenta (STF, 2013).

O ex-presidente Lula sempre se manteve distante desses fatos. Insistiu na defesa de sua inocência, negando, inclusive a existência do mensalão, até ser confrontado com a realidade e admiti-lo tempos depois. Lula se disse “traído”, mas evitou apontar os responsáveis. Marcelo Baquero (2007) destaca que, de acordo com os dados da pesquisa divulgada pelo Instituto de Estudos Anticorrupção, o Brasil como o único país da América Latina a demonstrar uma corrupção sistémica estatal de alta nocividade social, por constituir-se em uma ameaça ao sistema político, ou seja, à própria democracia. E finaliza Baquero (2007): “Nessa perspetiva, o Estado é considerado estruturalmente um instrumento de troca, de clientelismo ou de privilégios de setores da sociedade”.

A princípio, a situação do governo fica comprometida. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisas Datafolha (DATAFOLHA, 2005) a 'Aprovação do governo cai, a reprovação continua subindo, e Lula atinge pior avaliação de seu mandato'. Sua popularidade afundou e o seu governo, então, reagiu com campanha governamental dos relevantes avanços na política de valorização do salário mínimo e programas de grande alcance social, como o programa de concessão de bolsas universitárias a jovens carentes e ações sociais, como o Bolsa Família e o Luz para Todos.

Em consequência, Lula chega à campanha eleitoral com uma situação bastante confortável e investe no marketing eleitoral para a vitória no primeiro turno. Isso sem considerar os equívocos da campanha do candidato adversário. Nada obstante, um outro fato conhecido como o episódio do dossiê abala novamente o processo eleitoral e sua vantagem começa a declinar e a pesquisa realizada às vésperas da eleição pelo Instituto Datafolha (DATAFOLHA, 2006) aponta Lula com apenas 50% dos votos válidos, abrindo a possibilidade do segundo turno. Recomeça a campanha eleitoral e a vantagem de Lula se amplia desde a largada ao segundo turno. Em consonância com a análise de Carreirão, a campanha de Lula foi ainda mais eficaz que no primeiro turno:

> 1) reagiu rapidamente à queda que teve no final do primeiro turno, articulando apoios políticos e movimentando-se pelo país; 2) ocupou intensamente espaços junto à mídia (entrevistas, sabatinas, debates); 3) passou da defesa ao ataque, centrando na construção da imagem de Alckmin (e do PSDB) como privatista; 4) enfatizou ainda mais (no HGPE e nos debates) as diferenças entre seu governo e o anterior (o que era uma ótima estratégia para o candidato); 5) continuou com a defesa possível, frente às acusações de corrupção: seu governo "não joga lixo para debaixo do tapete" e pune quando alguém erra (Carreirão, 2007, p. 195).

Com 60% dos votos válidos no segundo turno, o Partido dos Trabalhadores permanece no poder e o seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva, inicia uma nova trajetória política de sucesso com elevados níveis de popularidade e reconhecimento internacional.

O resultado do segundo turno trouxe algumas reflexões a partir da consolidação dos dados eleitorais. Carreirão (2007, p. 130), acrescenta que " os

beneficiários dos programas sociais (especialmente o Bolsa-Família) em termos regionais parece explicar, em parte, porque os percentuais de voto do Presidente Lula são bem maiores na região Nordeste: lá, concentram-se 50% das famílias atendidas pelo Bolsa-Família". Esse também é o entendimento de Almeida (2006). O programa foi um grande instrumento de propaganda política e de cooptação. Por isso, nas eleições Lula chegou a obter 84% dos votos no estado do Maranhão, 82% no Ceará, cerca de 78% na Bahia e em Pernambuco, 77% no Piauí, enquanto, ao contrário, perdeu nos estados mais desenvolvidos do país, como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo". Em suas conclusões, Carreirão (2007, p.113) atesta que "Resumindo: a eleição teve, em grande parte, um caráter plebiscitário (a favor ou contra a manutenção de Lula). A avaliação predominantemente positiva dos resultados das políticas económica e social do governo Lula (especialmente entre os segmentos mais pobres) acabou por predominar sobre o desgaste trazido pelas denúncias de corrupção no governo". Nessa perspetiva, Singer (2010), afirma que houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda e que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos nas eleições de 2006. Destaque-se:

> […] Pela primeira vez, o andar de baixo tinha fechado com o PT, antes forte na classe média, numa inversão que define o realinhamento iniciado quatro anos antes. Embora, do ponto de vista quantitativo, a mudança relevante tenha se dado em 2002, o que define o período é o duplo movimento de afastamento da classe média e aproximação dos mais pobres. Por isso, o mais correto é pensar que o realinhamento começa em 2002, mas só adquire a feição definitiva em 2006. Como, por sinal, aconteceu com Roosevelt entre 1932 e 1936 (Singer, 2010).

Enquanto em 2002 Lula apresentou uma votação mais expressiva nas regiões mais desenvolvidas do país, mais urbanizadas, com renda mais elevada e maior nível de escolaridade, em 2006 foram os municípios menos desenvolvidos e mais dependentes do Estado que apresentaram uma fração de votos maior em Lula. É o que demonstra o estudo *Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição,* realizado por Soares e Terron (2008). Os resultados revelaram um novo padrão na distribuição espacial dos votos: "Desfez-se a hegemonia de Lula em bases geoeleitorais tradicionalmente coesas, como os territórios metropolitanos mais populosos do sul e sudeste, e a região de municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina".

Em relação ao comparecimento eleitoral, Braga (2007), em artigo que trata sobre o processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006, destaca o elevado nível de participação, o que, segundo ela, contraria observadores e analistas que, diante de uma conjuntura marcada por crise política e escândalos envolvendo parlamentares das duas Casas Legislativas, alardeavam para altos índices de abstenção, mesmo com a obrigatoriedade do voto no Brasil. A incidência de votos brancos e nulos sobre o comparecimento eleitoral manteve-se estável em 2006. Não se confirmou o elevado percentual de votos brancos e nulos divulgado em várias pesquisas de intenção de voto. O resultado foi similar ao de 2002, 6,03%.

Os votos inválidos em 2006

Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito Presidente do Brasil com 58.295.042 de votos, equivalente a 60,83%. Geraldo Alckmin do PSDB ficou com 39,17% dos votos válidos, ou seja, 37.543.178 votos. Os dois juntos receberam, portanto, um total de 95.838.220, já retirados os votos nulos e em branco, que atingiram 6.087.588 votos. Este foi o resultado final das eleições presidenciais de 2006.

Com uma população de 186,7 milhões de habitantes, o Brasil já registava em 2006, um eleitorado de 125,6 milhões de eleitores, correspondente a 67,30% da população. Ao primeiro turno, 92,36% manifestaram validamente o voto para presidente da República e um percentual de 7,64% invalidaram seu voto. Luiz Inácio Lula da Silva, com a preferência do eleitorado, conquistou 49% dos votos válidos no primeiro turno e a decisão do pleito se deu na segunda volta e, como tradicionalmente esperado, o percentual de votos brancos e nulos apresentaram significativa alteração, tanto em relação ao primeiro turno quanto à concentração geográfica do país.

Até 2002, como já se demonstrou, os votos inválidos se destacavam no Nordeste do Brasil. Em todos os pleitos de 1989 a 2002, o percentual registava dois dígitos. Em 2006 isso permaneceu no primeiro turno (10,40%), mas iniciava-se um processo de mudança. No segundo turno, a região Nordeste continuaria com o maior

percentual (6,52% em 2006.2), nada obstante, as regiões com melhores indicadores socioeconómicos seriam o grande destaque pela representatividade dos votos inválidos. O resultado final de 2006, respeitadas as diferenças entre os turnos, manteve-se praticamente o mesmo verificado em 2002 e em 1989. Todos na faixa aproximada de seis pontos percentuais.

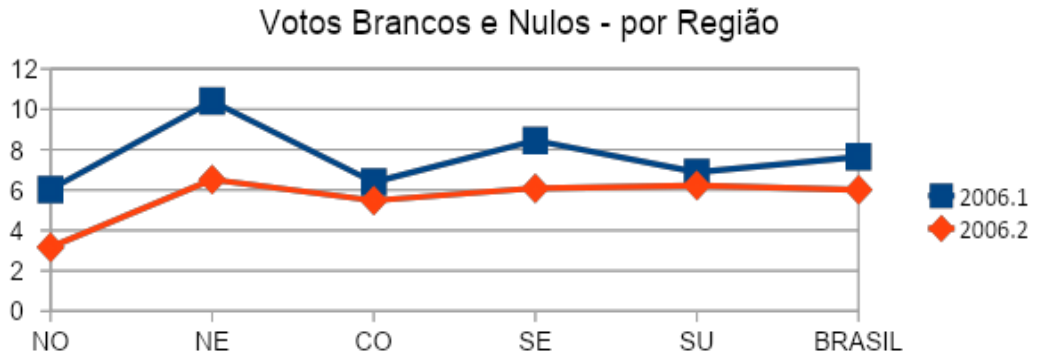
Na tabela 4 abaixo, procura-se demonstrar, por região geográfica do país, as variações da taxa dos votos inválidos entre o primeiro e segundo turno das eleições. O Nordeste é o grande destaque. Maior percentual de votos inválidos no primeiro turno (10,4%) e segundo turno (6,52%). O Sudeste vem em seguida com 8,45% no primeiro turno e 6,09% na segunda volta. A menor taxa de variação entre os dois turnos pode ser verificada na região Sul, seguida da região Centro-Oeste. No Norte do Brasil a variação entre os dois turnos ficou na faixa dos 50%, o que confirma uma maior validação dos votos na segunda volta.

Tabela 4 – Eleições 2006 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2006.1	6,03	10,4	6,39	8,45	6,88	7,64
2006.2	3,16	6,52	5,48	6,09	6,23	6,01

Fonte: TSE. Eleições 2006 (TSE, 2006). *Elaboração própria*

Gráfico 2 – Eleições 2006 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-1º e 2º turnos



Fonte: TSE. Eleições 2006 (TSE, 2006). *Elaboração própria*

2.3 Eleições Presidenciais de 2010

As eleições presidenciais de 2010 tiveram início com nove candidatos ao cargo de Presidente da República. Os dois mais votados seguiram na disputa em segundo turno e, como nas últimas duas décadas, a polarização ficou em torno de dois partidos políticos: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A candidata do PT, Dilma Vana Rousseff, recebeu 47.651.434 votos, o equivalente a 46,91% dos votos válidos. José Serra, o candidato do PSDB obteve 33.132.283 votos (32,61% dos votos válidos). Destaque-se o crescimento de Marina Silva, candidata do Partido Verde (PV), que se colocou como uma "terceira via" e conquistou o terceiro lugar com 19.636.359 votos (19,33%).

Nas eleições de 2010 pouco se explorou dos Programas de Governo nos debates eleitorais. Werneck (2010), em análise da conjuntura político-eleitoral daquele pleito, argumenta que "nessa sucessão, […] a política é a grande ausente. […] De um lado o projeto da 'Inserção competitiva da economia internacional (PSDB) e do outro, o projeto intitulado 'Nacional Popular' (PT). Em 2010, o debate programático cederia lugar ao 'lulismo', mais especificamente, à sua defesa e ao seu ataque".

A conjuntura de 2010 consolidava um direcionamento político dos governos do PT, e referendava a hipótese do cientista político André Singer, do *realinhamento eleitoral classista* caracterizado pela adesão das classes baixas ao "lulismo" (por verem em Lula uma inédita possibilidade de ascensão social), e pelo progressivo afastamento da classe média tradicionalmente petista após o escândalo do mensalão (enfatizado insistentemente pelos meios de comunicação mais populares). As políticas de transferência de renda combinadas com políticas de distribuição de renda dariam espaço a uma nova classe média e o apoio das tradicionais classes médias ao PT migraria para o PSDB e engrossaria as fileiras do elitismo conservador. Em contrapartida, as bases petistas eram fortemente apoiadas com a adesão maciça de eleitores de baixíssima renda, puxadas para cima da linha de pobreza, processo esse que se iniciou em 2002, cresceria em 2006 e se caracterizaria como realinhamento eleitoral classista em 2010. É

o que explica Singer (2010) em sua tese de 'realinhamento'. Os dois mandatos do governo Lula combinam combate à pobreza, distribuição de renda, e essa agenda de políticas públicas destinadas às regiões de mais baixo IDH produziu sinergia e amplo apoio popular. A candidatura Dilma, no entender de Singer (2010), seria "O lulismo posto à prova em 2010".

Da análise dos dados, percebe-se que a votação mais expressiva em Dilma está nos municípios com menor nível de escolaridade, dando suporte à hipótese presente na literatura de que essas populações tendem a ser mais dependentes do Estado e, portanto, a primar pela manutenção do poder vigente. Em trabalho intitulado Evidências Empíricas do Programa Bolsa Família, uma equipe de economistas (Pereira *et al*, 2015) realizou importante análise sobre a "A Eleição de Dilma em 2010 e seus Determinantes", ao apresentar evidências empíricas de que o Programa Bolsa Família teve um papel preponderante na eleição da candidata do Partido dos Trabalhadores em 2010, e que esse efeito foi superior ao do desempenho económico favorável nos dois mandatos do governo Lula. Veja-se:

> […] Quanto menor o nível de escolaridade, mais votos à Dilma, dando suporte à hipótese presente na literatura de que essas populações tendem a ser mais dependentes do Estado e, portanto, a primar pela manutenção do poder vigente. Esse resultado foi fortemente atribuído, pela mídia, ao apoio irrestrito do então presidente Lula – que terminou o seu segundo mandato com elevado índice de aprovação –, ao razoável crescimento económico apresentado em seus oito anos de governo e à difusão do Programa Bolsa Família (PBF) durante a última gestão (Pereira et al, 2015).

No estudo "Mobilidade Social Ascendente e Voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil", realizado~~s~~ por Peixoto e Rennó (2011), os autores defendem uma mudança para além das políticas de distribuição de renda [….] "podemos caminhar para uma proposta teórica mais abrangente, na qual a avaliação do desempenho do governo e lealdades pessoais a líderes e partidos políticos passam explicar o voto do brasileiro de forma contínua". Ou seja:

> […] o eleitor brasileiro mais uma vez recompensa políticos que tiveram desempenho positivo no governo e cuja administração resultou em sua melhoria de vida.

> Testemunhamos, novamente, o exercício prático da responsabilização política (accountability) através das eleições no Brasil (2011, p. 302-332).

Analisando-se os dados das pesquisas de intenção de voto, percebe-se forte relação entre a preferência do eleitor e o apoio às políticas de governo de Lula. Em 03/05/2010, pesquisa realizada pelo Datafolha (DATAFOLHA, 2010 a) junto a leitores do jornal Folha de S.Paulo revela que José Serra (PSDB) teria 54% dos votos contra 18% de Marina Silva e 15% de Dilma Rousseff (PT), empatadas tecnicamente. Essa situação mudaria fortemente com a associação de Dilma à Lula. Após o início do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV, quando Dilma passou a ter a imagem colada à do presidente Lula, saltou de 15 pontos percentuais para 47% das intenções de voto. A ascensão é mais expressiva entre os que viram os programas no Nordeste (57%), entre os que tinham menor renda (55%) e entre os mais jovens (53%).

Nada obstante, as eleições não foram decididas no primeiro turno. Duas denúncias adiariam a vitória. Como se vê na matéria do G1.Globo.com (GLOBO, 2010), a divulgação de um esquema de vazamento de dados sigilosos de pessoas ligadas ao candidato do PSDB daria prejuízos eleitorais a Dilma. Dias depois, Dilma Rousseff voltaria a se defender de acusações sobre um suposto esquema de tráfico de influência envolvendo sua sucessora e braço-direito na Casa Civil. Os episódios foram usados pela campanha do adversário José Serra. Com a queda nas intenções de votos, a petista não atinge os 50% mais um dos votos válidos e a decisão da eleição foi adiada.

O segundo turno se inicia com vantagem de Dilma, que só aumenta com as propagandas eleitorais. No levantamento nacional do Instituto Datafolha após o resultado do primeiro turno, 4% dos entrevistados diziam votar branco ou nulo, enquanto outros 7% mostravam-se indecisos. Em relação à preferência do eleitor, a pesquisa evidencia as diferenças no perfil eleitoral dos candidatos. Veja-se destaque da pesquisa:

> Estratificando-se os resultados, nota-se preferência por Dilma principalmente entre os habitantes do Nordeste (62%), entre os menos escolarizados (54%), entre os homens (52%)

> e entre os que têm renda de até dois salários-mínimos (52%). A petista também fica acima entre os que defendem a ampliação da lei que permite o aborto em mais casos do que os previstos atualmente em lei (52%), e entre eu se dizem católicos (51%). Serra tem seu melhor desempenho entre os que possuem renda familiar maior do que 10 salários-mínimos (58%), entre os que têm nível superior de escolaridade (50%), entre os evangélicos – tanto os não pentecostais (48%) quanto os pentecostais (49%) - entre os espíritas (48%) e entre os que moram na região Sul do país (48%) (DATAFOLHA, 2010b)

Lula deu à candidata as condições de vitória e Dilma venceu, com 56% dos votos válidos. A Revista Veja (VEJA, 2010) deu destaque à vitória da primeira mulher eleita presidente na história política do país. 'Uma mulher no Planalto: Dilma é eleita presidente'. A mineira Dilma Vana Rousseff, ex-ministra do governo Lula, obteve 55.725.529 votos (56%). O candidato do PSDB, José Serra, teve 43.711.388 votos (44%). Dilma terá o conforto de ter a seu favor um Congresso Nacional com ampla maioria. Na Câmara, obteve vantagem ainda maior do que a de Lula. Vai contar com mais de 350 dos 513 parlamentares. O PT tornou-se a maior bancada da Casa. O Senado, que tinha um equilíbrio maior de forças, também sucumbiu à onda vermelha, além do crescimento expressivo do PT.

A nova presidente do Brasil assumiria um país com a economia estável e em fase de forte expansão, mas com os velhos problemas de outrora, como a desigualdade social, a corrupção e um sistema educacional de qualidade inferior à média de outros países emergentes. Os desafios políticos eram igualmente grandes: eleita com o apoio de dez partidos, Dilma teria de acomodar os interesses de uma ampla base de sustentação, incluindo o maior partido do país, o PMDB, principal aliado do PT no novo governo. Por outro lado, a petista teria de lidar com uma oposição forte nos estados. O PSDB de Serra garantiu os governos de quatro estados já no primeiro turno – entre eles São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do país.

Os votos inválidos em 2010:

Com 46,91% dos votos válidos a candidata do PT, Dilma Rousseff, vence o primeiro turno das eleições e segue na disputa na segunda volta com José Serra, candidato do PSDB, cuja votação foi de 32,61% dos votos válidos. Os votos inválidos no

primeiro turno atingiram o percentual de 8,64%, com 3.479.340 de votos em brancos (3,13%) e 6.124.254 votos nulos, ou seja, 5,51%. Na segunda volta, com 53,05% dos votos válidos, Dilma Rousseff foi eleita Presidente do Brasil com um total de 55.752.729 votos e José Serra, do PSDB, obteve 43,95%, equivalentes a 43.711.388 votos. Os votos inválidos no segundo turno atingiram o percentual de 6,70%, percentual inferior ao registado no primeiro turno.

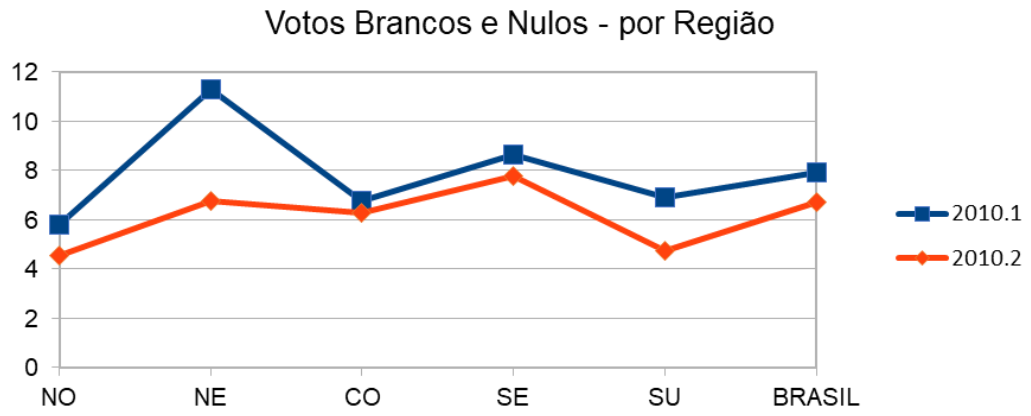
O Nordeste apresenta a maior variação entre os dois turnos e mantém a liderança dos votos inválidos no primeiro turno com 11,3%, seguido da região Sudeste com 8,65%. No segundo turno, houve a inversão das posições, uma vez que o Sudeste do Brasil assume a liderança dos votos inválidos com 7,75%, e a região Nordeste fica na segunda colocação com 6,78%. A região Centro Oeste novamente apresenta a menor variação da taxa entre os dois turnos, e o Sul do Brasil apresenta seu menor índice de votos inválidos no segundo turno de qualquer eleição presidencial (o valor de 4,7% seria repetido no segundo turno da eleição seguinte, em 2014). Da Silva (2016), como vimos no capítulo anterior, analisou dados em nível individual contemporâneos à eleição de 2010 e concluiu que a insatisfação com políticas setoriais, com a qualidade da democracia e com a perceção de que a eleição não apresenta reais opções está na base da motivação do eleitorado que invalida o seu voto. Poder-se-ia então conjeturar que a insatisfação com o lulismo, fortemente defasado pelas constantes denúncias de corrupção, explicaria em algum nível a ascensão dos votos inválidos no Sudeste (sendo o estado de São Paulo, o mais rico e mais populoso do Sudeste e do Brasil, um forte reduto do anti-lulismo). Por outro lado, a região Sul, também fortemente influenciada pelo anti-lulismo, ia pelo caminho inverso e apresentava um nível baixíssimo de votos inválidos no segundo turno das eleições, apesar da forte antipatia à candidata do PT. Tal discrepância sugere que fatores contextuais mais específicos impedem a extração de conclusões mais precisas a partir de dados brutos como estes.

Tabela 5 – Eleições 2010 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2010.1	5,78	11,3	6,78	8,65	6,93	7,90
2010.2	4,54	6,78	6,26	7,75	4,76	6,70

Fonte: TSE. Eleições 2010 (TSE, 2010). Elaboração própria

Gráfico 3 – Eleições 2010 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-1º e 2º turnos



Fonte: TSE. Eleições 2010 (TSE, 2010). *Elaboração própria*

2.4 Eleições Presidenciais de 2014

A eleição de 2014 foi, até então, a mais emocionante eleição presidencial das últimas décadas. Além da tradicional disputa entre o Partido do Trabalhadores-PT e o Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, um terceiro protagonista, o Partido Socialista Brasileiro-PSB, entraria na disputa e causaria uma reviravolta capaz de alternar a vantagem por diversas vezes.

Mas, no fim, Dilma conquistou o segundo mandato presidencial com 51,6% dos votos válidos no segundo turno. A eleição, comentam os analistas políticos, ~~se~~ encerrou-se com as marcas de um país dividido. Embora acostumados a campanhas agressivas, denúncias de corrupção, disputas voto a voto, o brasileiro jamais enfrentou situações tão surpreendentes. Em artigo sobre a eleição de 2014, Reis (2014) aborda o panorama da disputa presidencial e destaca que:

> [….] a repetição em 2014 do apoio do lulo petismo a Dilma e o substrato socioeconómico do voto, redunda em tornar as coisas mais dramáticas: o contraste entre as bases socioeconômicas e regionais dos candidatos envolvidos no novo enfrentamento entre PT e PSDB se torna mais nítido; além disso, articulando-se com o fato em si da possibilidade de mais uma vitória petista, produz intenso ânimo beligerante (Reis, 2014).

A eleição de 2014 entra para a história com cinco fatos inéditos. A morte em acidente aéreo, a dois meses da eleição, do candidato do PSB Eduardo Campos, um líder político do Nordeste brasileiro que se apresentava como renovação ao país, provocaria uma reviravolta na disputa eleitoral e tornaria o resultado imprevisível. A ascensão de Marina Silva, vice de Eduardo Campos, foi o primeiro dos efeitos dessa mudança de rumo. Em menos de duas semanas como candidata oficial, Marina Silva (PSB) ultrapassou o candidato Aécio Neves (PSDB), alcançou a candidata Dilma Rousseff (PT) e, de acordo com o DataFolha em pesquisa de 18/08/2014, já seria a favorita para o segundo turno.

Nada obstante, as fragilidades internas do partido de Marina Silva, o PSB de Eduardo Campos, acabariam por enfraquecer a candidatura de Marina que viria a sucumbir nas pesquisas durante o mês de setembro. Aécio Neves do PSDB ultrapassaria Marina e, a três dias da eleição, garantiria a disputa em segundo turno com a preferência do eleitorado, apesar do empate técnico e a menor taxa de rejeição. A campanha se alinha à tradicional dobradinha: PT versus PSDB e o suspense vai até a apuração final dos votos.

A reeleição de Dilma Rousseff sempre foi seguramente esperada. Era o projeto do PT. Além da alta popularidade, Dilma tinha uma base fortalecida no Congresso Nacional até os primeiros abalos provocados pelos protestos de 2013 que reuniram mais de um milhão de pessoas simultaneamente nas ruas de 80 cidades. Os protestos se transformaram nas maiores manifestações de rua da história do Brasil e a elevada popularidade de Dilma à época (79%), foi seriamente afetada, especialmente nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, reduzindo a aprovação do governo a 31%.

Apesar disso, a presidente entra na disputa liderando a corrida eleitoral. Pesquisa Ibope de 19/06/2014 (GLOBO, 2014) mostra Dilma com 39% das intenções de voto e com o maior percentual de rejeição. A pesquisa aponta que 13% votariam branco ou nulo e outros 8% não responderam ou não souberam responder.

Sempre se associou intenção de votos ao índice de aprovação do governo, especialmente aos indicadores socioeconómicos. O bom desempenho de Lula, além de outros fatores, é claro, credenciou-o a dois mandatos presidenciais e ainda lhe daria bônus para eleger seu sucessor. Nesse contexto, merecem destaques os fatores do governo Dilma que, de modo direto e/ou indireto, poderiam ser determinantes na intenção de voto do eleitor. O baixo desemprego e políticas sociais como o aumento do salário-mínimo fizeram com que a renda das famílias continuasse subindo, nos anos Dilma, a uma taxa maior do que a expansão do PIB. Por outro lado, Dilma tomou posse em 2010 após um ano com 7,5% de crescimento e no final do seu primeiro mandato a média de crescimento situa-se na casa dos 1,5%, pior resultado desde Collor. A crise internacional em razão da alta das *commodities* e a festa da liquidez internacional foi a desculpa do governo.

Em matéria intitulada "O antes e depois de Dilma na economia", o jornalista João Pedro Caleiro (EXAME, 2014) aponta os indicadores económicos e os fatores que ventaram contra e a favor no primeiro mandato Dilma. Dentre eles,

> […] a descrença na política econômica do governo e neste ano, as especulações próprias de ciclos eleitorais contribuirão com o crescimento do dólar. A perda de competitividade, o congelamento da agenda de reformas e o persistente custo brasil fizeram com que a demanda brasileira continuasse "vazando" para o exterior, com crescentes défices em conta-corrente e uma queda gradual da balança comercial (EXAME, 2014).

Nos últimos cinco anos, a economia brasileira tinha sofrido o impacto negativo da crise económica mundial. Esta última teve reflexos no baixo crescimento económico, nas oscilações cambiais, na balança de pagamentos e na inflação. Contri (2014, p. 9-20) chama a atenção para a relação das críticas àquele governo à estabilidade

económica alcançada nos anos 90, considerando que, "isoladamente, o controle da inflação não confere estabilidade económica".

No mesmo sentido, Reis (2014, p. 8-16) questiona até que ponto os erros da política econômica de Dilma e os problemas da economia mundial, além das proporções das investigações da Polícia Federal sobre corrupção no país seriam tão inusitados "[….] o que há mesmo de novo na feiura agora desvendada", pergunta. As eleições transcorreram nesse panorama.

Os votos inválidos em 2014:

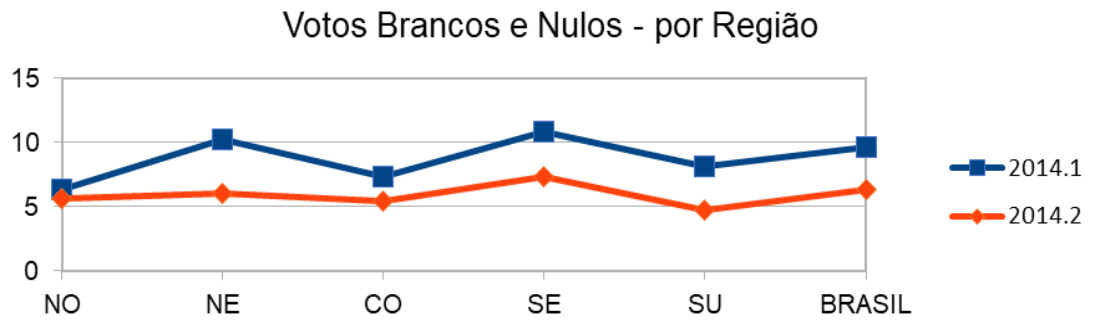
Dilma Rousseff foi reeleita com 51,6% dos votos válidos e Aécio Neves do PSDB obteve 48,4%. O percentual de 9,64% dos votos inválidos no primeiro turno reduziu-se ao percentual de 6,34% no segundo, equivalente a 7.141.606 votos, sendo 1.921.819 votos em branco e 5.219.787 votos nulos. Os votos brancos e nulos se destacaram em 2014. O Nordeste do Brasil perde o protagonismo da primeira posição dos votos inválidos tanto no primeiro quanto no segundo turno e a região Sudeste, mais populosa e com melhores indicadores socioeconómicos, assume a liderança com 10,8% do total de votos inválidos. Na segunda volta, 3,6 milhões de eleitores do Sudeste, isto é, 7,34% votaram em branco ou nulo. Estes números apontam o seguimento de um processo em que os votos inválidos vão se deslocando do Nordeste para o Sudeste. O Sul do Brasil, por outro lado, repete um baixo número de votos inválidos no segundo turno. Apenas na eleição seguinte, como demonstra a tabela abaixo, esse processo de deslocamento atinge de maneira explícita também a região mais meridional e segunda mais desenvolvida do país.

Tabela 6 – Eleições 2014 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica- 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2014.1	6,29	10,2	7,31	10,8	8,16	9,64
2014.2	5,66	6,06	5,44	7,34	4,72	6,34

Fonte: TSE. Eleições 2014 (TSE, 2014) – *Elaboração própria*

Gráfico 4 – Eleições 2014 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-1º e 2º turnos-



Fonte: TSE. Eleições 2014 (TSE, 2014). *Elaboração própria.*

2.5 Eleições Presidenciais 2018

Após quatro sequenciadas eleições presidenciais disputadas em segundo turno entre PT e PSDB, 2018 foi a rutura desse padrão eleitoral. O PT permaneceu na disputa e teve votos suficientes para chegar ao segundo turno, desta vez, sem seu tradicional adversário, o PSDB, alterando as cores do mapa do país, há décadas identificado com as cores dos dois partidos (azul e vermelho). Faz-se referência ao diagnóstico de Alberto Carlos Almeida, no livro "O Voto do Brasileiro" (Almeida 2018a). Segundo o autor, a partir da investigação nos dados das eleições presidenciais 2006, 2010 e 2014, o eleitorado brasileiro se comporta de maneira regular e previsível. Ou seja, apesar do que há de aleatório de ano para ano, ocorre algo de sistemático em nossas eleições.

Almeida se utiliza da obra de Lipset e Rokkan (1992), a qual explica os resultados eleitorais a partir de padrões e resultados agregados e conclui que, a partir de 2006, consagrou-se permanente padrão de votação no Brasil. Nesse padrão eleitoral, relacionando as diferenças socioeconómicas entre as regiões, o Nordeste vem a ser, no seu entender, a cidadela do PT, e o estado de São Paulo, a cidadela do PSDB. Isso não é

diferente do que ocorre com as democracias maduras como Espanha, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e EUA, que também têm o seu Nordeste e o seu estado de São Paulo. Observando-se o resultado das seis últimas eleições presidenciais, a vitória foi do PSDB em 1994 e 1998 com o PT em segundo lugar, e nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014, o PT foi vitorioso no segundo turno na disputa com o PSDB e, em razão da estratificação eleitoral observada nos votos das regiões, o resultado presidencial passou a ser previsível. O cientista político se refere ao padrão de votação a partir da agregação dos votos de cada eleitor que, na sua proposta de régua de medição "onde as pessoas são mais pobres a sociedade é mais dependente do governo e, como consequência, a maioria dos eleitores vota no PT. Trata-se de um padrão da região Nordeste". Por outro lado, tem-se o padrão São Paulo, classe média e PSDB, onde a sociedade é menos dependente do governo (Almeida, 2018a, p.49).

Utilizando-se de uma definição minimalista de esquerda e direita a partir de Norberto Bobbio, Alberto (2018a, p.25) entende: "que a esquerda dá prioridade à defesa de mais igualdade e redistribuição de renda, enquanto a direita confere ênfase à busca da liberdade, abrindo caminho para políticas públicas que resultam em mais eficiência económica, como é o caso das privatizações". Nada obstante, esse padrão seria revisto em 2018 e chegaria ao fim o ciclo PT-PSDB nas eleições presidenciais.

As eleições 2018 tiveram um cenário eleitoral antecipado com o Impeachment da então presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores-PT, em agosto de 2016, e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018. Estes dois fatores mudaram o sucesso político do Partido dos Trabalhadores e colocaram em 'xeque' seu plano de poder, e provocaram a travessia de um mandato 'tampão' do vice Michel Temer, do PMDB, pois pouco tempo depois de empossado, como era esperado, Temer foi envolvido em escândalo de corrupção, motivado por acusação feita em delação premiada pelo mesmo algoz de Aécio Neves, então Senador da República que, também envolvido em escândalo, foi forçado a deixar a presidência do PSDB, colocando por terra o sonho de o PSDB voltar ao poder. Após o resultado do primeiro turno, a BBC News Brasil em Londres, por Nathalia Passarinho (BBC, 2018), perguntou a

cientistas políticos quais os cinco fatores que diferenciavam essa eleição das demais. As respostas destacaram: 1) o Fim do ciclo PT-PSDB na eleição presidencial; 2) Maior nível de polarização da democracia moderna; 3) A mobilização das mulheres; 4) Peso do 'medo' e o temor de retrocessos democráticos; 5) Peso das redes sociais, especialmente do WhatsApp.

É fato que as últimas eleições presidenciais no Brasil têm sido marcadas pela grande polarização, disputa acirrada e uma suposta divisão de posição entre as forças até então dominantes, PT e PSDB. Em 2018, pode-se reconhecer uma outra dupla na disputa: petistas e antipetistas ou, 'lulopetismo' contra 'antilulopetismo'. O cientista Jairo Nicolau, em artigo publicado na Revista Piauí (Nicolau, 2018), em breve análise das eleições 2018 pergunta de forma intrigante "Onde estava o antipetismo tão visceral que ninguém foi capaz de dimensioná-lo? Aos olhos de agora, parece que todo mundo já sabia da força do antipetismo, mas nenhuma pesquisa de opinião feita antes de a campanha começar foi capaz de capturá-lo."

A rejeição ao PT mostraria sua devassa ao partido. As ruas – e por muito tempo - gritavam em versos e prosas 'Fora PT'. Nem mesmo os apelos ao 'Lula Livre' seria forte o suficiente para evitar a onda contra um partido que, segundo a narrativa propagada pelos média e por seus opositores, traiu a sua nação. As forças políticas de centro não entenderam os recados das ruas e, nos moldes da política tradicional, o PSDB, com Geraldo Alckmin, fazia alianças para retornar ao poder, e enquanto o PDT (partido de origem trabalhista situado à centro-esquerda) de Ciro Gomes, após frustradas tentativas de conseguir o apoio de Lula, não seria a opção contra o falido esquema do PT. Este vácuo de lideranças se mostrou um cenário perfeito para oportunistas e "outsiders".

Almeida (2018a, p. 123) destaca o cenário de opinião pública de 2018: "combinação de uma crise económica aguda – apresentando desemprego elevado e duradouro, e redução da renda real *per capita* – com o maior escândalo de corrupção de sua história, sintetizado pela Operação Lava Jato". Um ou outro fato, isoladamente,

não seria suficiente para a “premissa de renovação”, mas a combinação dos dois fenómenos poderia alterar a disputa entre as duas forças então vigentes: PT e PSDB.

A eleição foi iniciada com as candidaturas do PSDB, com Geraldo Alckmin, do PDT com Ciro Gomes, da Rede com Marina Silva, do Partido Novo com João Amoêdo, do PSL com Bolsonaro, além de outros representantes de partidos menores e, finalmente, o PT, inicialmente com Lula liderando as intenções de votos e, depois do registo negado à tal candidatura pela justiça eleitoral, com Fernando Hadadd. Sem Lula, Bolsonaro toma a liderança da corrida presidencial, com percentual igual ao de votos em brancos ou nulos, e é seguido de perto pela ex-senadora Marina Silva (Rede). O ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), fica atrás da candidata da Rede e empata com Geraldo Alckmin (PSDB), de acordo com pesquisa Datafolha, 11/06/2018. A vantagem de Bolsonaro já representa o dobro de intenções de voto do adversário mais próximo, e seus quatro principais concorrentes estão embolados na disputa pelo 2º lugar. O PSDB não se viabiliza e o PSL invade os recantos ‘tucanos’ que, nos dizeres de Almeida (2018a, p.124), para que o PSDB fique fora do segundo turno “será preciso invadir a cidadela do PSDB”.

O atentado contra Jair Bolsonaro daria uma nova dinâmica à disputa presidencial. A ampla cobertura mediática ao episódio ‘a facada’ foi um trunfo fenomenal e colocou o candidato com chances de vencer as eleições de um leito de hospital onde se recuperava do atentado. O pequeno Partido Social Liberal-PSL levaria seu candidato para o confronto com o PT. Uma disputa entre direita e esquerda, ambos com rejeição maior do que intenção de votos. O candidato do PSL, com 40% das intenções de voto e 47% de rejeição. Já Haddad do PT, com 39% das intenções de voto e 41% de rejeição, segundo o Datafolha (DATAFOLHA, 2018).

Cada eleição tem a face da conjuntura política, económica e social do país. Após um devastador processo de impeachment, uma megaoperação que levaria à prisão políticos, empresários e até um ex-presidente reconhecido como um dos mais populares líderes políticos do mundo, elegeu ao cargo de Presidente da República um ex-capitão

do Exército, político sem reconhecimento nacional no sétimo mandato parlamentar, de extrema direita, ultraconservador e sem projeto para o País, parece, a princípio, espantoso. E levar consigo a vitória esmagadora de dois dos seus três filhos parlamentares e tantos outros eleitos associados ao seu nome, é de chamar atenção dos cientistas políticos. A demanda das ruas, iniciada nos movimentos em 2013 e seguidamente repetida em repúdio ao PT, ecoou com força de uma revolução e isso, em tese, poderia justificar o surgimento de uma proposta fora do contexto político eleitoral tradicional. É comum em crises a busca da mudança e, às vezes, esta é radical.

Nesse cenário, surgiu Jair Messias Bolsonaro, que venceu o primeiro turno das eleições com 46,03% dos votos válidos, ou seja, 49.276.990 votos. O candidato do PT ficou em segundo lugar com 29,28% dos votos válidos e garantiu nova disputa em segundo turno. Em terceiro lugar ficou o candidato do PDT, Ciro Gomes com 12,47%, ou seja, Ciro obteve 13.344.366 votos válidos. Em quarto lugar e considerado o grande derrotado foi Geraldo Alckmin do PSDB, com apenas 4,76 % do total de votos. Esse resultado nos remete à 'premissa de renovação' de Almeida (2018a, p. 124), segundo a qual, para que o candidato do PSDB fique de fora do segundo turno, conclui Almeida, 'será preciso invadir a cidadela do PSDB'. E foi o que aconteceu. O PSL de Jair Bolsonaro invadiu a 'cidadela do PSDB' e tantas outras regiões. Ao PT foi garantido o tradicional apoio da 'cidadela do Nordeste'. O candidato Haddad venceu em oito dos nove estados do Nordeste e garantiu, com 51% dos votos válidos na região, a disputa no segundo turno. Contudo, vê-se que a votação do PT caiu em todas as regiões do Brasil e que a adesão a Bolsonaro é maior que o apoio ao PSDB quatro anos atrás. No tocante aos votos inválidos, a votação do primeiro turno de 2018 demonstrou redução em relação ao primeiro turno de 2014. Os 11,0 milhões de eleitores que invalidaram seus votos em 2014 (9,74%), reduziram-se a 10,3 milhões de eleitores, correspondendo a 8,7% dos votos válidos, sendo 2,65% de votos em branco e 6,14% de votos nulos.

O segundo turno se manteve com a preferência a Jair Bolsonaro, que venceria as eleições com vantagem em todas as regiões do país, à exceção da 'cidadela do Nordeste' que se manteve firme e fiel ao Partido dos Trabalhadores. Como justificar

esse resultado? São muitos os fatores. O *impeachment* de Dilma e a prisão de Lula provocaram forte rutura ao sistema e mudaram o contexto político-eleitoral.

A mini reforma política também traria mudanças nas regras eleitorais. O Congresso Nacional alterou medidas, incluindo a criação de uma cláusula de barreira para os partidos terem acesso ao Fundo Partidário, e um fundo com dinheiro público para financiamento das campanhas eleitorais. Essas mudanças provocariam alterações no contexto político eleitoral das eleições de 2018, inclusive com a redução do período de propaganda eleitoral a 35 dias no 1º turno e a 15 dias no 2º turno. (Lei nº 13.488/2017).

Nesse formato de campanha, rádio e televisão já não seriam determinantes como outrora e, pela primeira vez em mais de 20 anos, o candidato à frente das pesquisas, de um partido com baixa representação no Congresso Nacional, teve apenas oito segundos diários no horário eleitoral gratuito, contra 6min3seg de Geraldo Alckimin do PSDB e 2min7seg do candidato do PT. Até 2014, o tempo no horário de rádio e TV era um dos fatores determinantes no resultado eleitoral e, por essa razão, eram constituídas as coligações partidárias. Nada obstante, as eleições de 2018, mudam esse paradigma e trazem como fator revolucionário, as medias digitais. Como bem abordado por Queiroz (2018), em artigo publicado na revista Consultor Jurídico, " As redes/medias sociais tiveram uma importância estratégica nas eleições gerais e foram fundamentais para reduzir, e de forma drástica, a influência das estruturas e do dinheiro nas campanhas eleitorais. Partidos e candidatos com poucos recursos — a exemplo do PSL e do partido Novo — tiveram desempenho eleitoral superior a partidos e candidatos com muito dinheiro e estrutura [...]",

Com 120 milhões de usuários de WhatsApp e outros milhões no facebook, twiter etc., os programas de rádio e TV no horário eleitoral gratuito e os tradicionais 'boca-a-boca' e 'porta-a-porta' perderiam sua força e cederiam lugar ao contato direto, informal e on-line, 'olho no olho', sem intermediários e sem maquiagem. Bolsonaro havia se preparado para esse jeito novo, com um discurso forte contra o PT, contra a

corrupção e a favor da Lava Jato. Utilizou-se, simbolicamente, de gestos de armas para demonstrar o forte combate à "bandidagem" em momento de extrema insegurança no país com os elevados índices de criminalidade. Claramente de direita e conservador, o candidato chegava às ruas e seria amplamente conhecido após a cobertura dos grandes órgãos de média em razão da tentativa de assassinato que sofrera. O discurso antipetista, moralista e antissistema de Jair Bolsonaro nas redes sociais, sem a presença de Lula que ainda se encontrava preso em Curitiba e com o PSDB de Geraldo Alckimin sucumbindo ao pleito, o efeito manada do voto útil garantiu, já no fim do primeiro turno, a adesão de setores da grande media do empresariado.

O confronto às acusações de autoritarismo, machismo e racismo ganharam força, mas chegaram um pouco tarde. O apoio ao modo reacionário e transgressor era mais forte e impactante com a velocidade e a capilaridade das redes sociais. O Brasil já dispunha de uma rede de 120 milhões de usuários de WhatsApp. Era uma indústria digital trabalhando a serviço do candidato Bolsonaro. Até *fake news* foram utilizadas em favor do candidato e, principalmente, para atacar os adversários e propagar mentiras. 'PT nunca mais' era a palavra de ordem da maioria da população. Surgiu, em confronto, o '#EleNão' como eco da torcida, especialmente de mulheres contra o candidato de direita e seu conservadorismo. No entanto, o velho político travestido de novo já estava consolidado na preferência do eleitorado. E independente do seu programa de governo, ele estava como o escolhido.

Como destaca o cientista político Jairo Nicolau (Nicolau, 2018): "Numa eleição de tantas surpresas, nada foi mais espantoso do que a votação obtida pelo Partido Social Liberal para a Câmara dos Deputados", com grande número de eleitos ao cargo em primeira disputa. Dos 52 deputados federais eleitos, trinta nunca haviam concorrido. E conclui: "Guardadas as proporções, é um fenómeno semelhante ao da ascensão do partido do presidente francês Emmanuel Macron (La République en Marche!) e do Movimento 5 Estrelas, na Itália; são novos partidos que levam dúzias de cidadãos sem experiência prévia aos legislativos nacionais". Nas eleições de 2018, os

eleitores haviam criado o maior partido de extrema direita da história das eleições brasileiras", destaca o cientista (Nicolau, 2018):

> […] Olhando para trás e relembrando a maré de denúncias contra a elite política que circulou entre 2015 e 2018, percebo como os analistas subestimaram os efeitos da Lava Jato. A operação mudou o patamar de rejeição em relação aos principais partidos. Todos foram igualados por participarem sem pudor de gigantescos esquemas de corrupção. Bolsonaro saiu do nicho. Esse é o fenômeno mais impressionante da campanha presidencial de 2018 e será o tema incontornável dos estudos sobre o comportamento político no Brasil nos próximos anos. […] Bolsonaro é, a meu juízo, o maior fenômeno da história das eleições no Brasil. Como um candidato com uma história tão à direita no espectro político, com dezenas de vídeos em que revela seu racismo, sua homofobia e seu menosprezo pelas mulheres, foi capaz de conquistar uma parcela tão expressiva de eleitores de alta renda e alta escolaridade?

Percebe-se uma grande surpresa com as eleições de 2018. De outro modo, pode-se minimizar esses impactos e interpretá-los mais racionalmente. O candidato Bolsonaro, parlamentar há 27 anos, é um político tradicional ou um profissional da política; o partido (PSL), sem um viés ideológico, quase de 'aluguel' e sem expressividade eleitoral, casa-se bem com a fragmentação partidária do país; o discurso conservador soa, a um segmento da sociedade, como verdadeiro e corajoso, fugindo da retórica político-eleitoreira; a plataforma eleitoral, sustentada em bases de comunicação on-line, estabeleceu uma via direta do candidato ao público, rompeu o paradigma das milionárias campanhas financiadas pelas grandes empreiteiras e retirou dos média tradicionais, o domínio da condução do processo. Por fim, os resultados eleitorais, apesar de surpreendentes, estão legitimados pelo processo democrático. Deve-se ressaltar que a democracia suporta mudanças heterodoxas e movimentos revolucionários. No entanto, concordando com o Baquero (2014): "Em democracias instáveis, predominam traços clientelísticos, personalistas e patrimonialistas. […] É por isso, que diante de uma situação de crise aguda, aparece o fantasma de retrocessos institucionais. Talvez, o capital social e o empoderamento emancipatório pudessem se constituir em dispositivos de mudança de rumo."

Os votos inválidos em 2018:

Com uma população de 204 milhões de habitantes e 72% regularmente inscritos na justiça eleitoral, 49,2 milhões de eleitores votaram no candidato do PSL Jair Bolsonaro, atingindo o percentual de 46,03% dos votos válidos no primeiro turno. A disputa seguiria para a segunda volta com o candidato do PT, Fernando Haddad, que obteve a segunda colocação com 29,28% dos votos válidos. Os votos brancos e nulos atingiram o percentual de 8,79%, com 3.106.933 de votos em branco (2,65%) e 7.206.205 de votos nulos (6,14%).

Na segunda volta, 115 milhões (78,70%) de eleitores foram às urnas e 104 milhões (90,43%) manifestaram seu voto validamente, enquanto 11 milhões (9,57%) votaram em branco ou anularam seus votos. Jair Messias Bolsonaro do PSL foi eleito com 57.797.847 milhões de votos (55,13%), e Fernando Hadadd do PT obteve 47.040.906 votos, ou seja, 44,87%.

Os votos inválidos em 2018.2 apresentaram o maior percentual desde o primeiro turno de 1998 e foi o segundo turno com mais votos inválidos de todos os tempos. O Nordeste do Brasil perde em definitivo o protagonismo e o Sudeste do Brasil consolida-se na primeira posição com 9,87% do total de votos inválidos no primeiro turno de 2018 e altos 12,41% no segundo turno.

Esses números despertaram a atenção de estudiosos e cientistas políticos, tanto pela representatividade eleitoral como pelo expressivo crescimento e concentração na maior e mais desenvolvida região geográfica do país. O Sudeste do Brasil. O Estado de Minas Gerais registou o percentual de 13,12%, São Paulo o percentual de 12,87% e o Estado do Rio de Janeiro atingiu 11,45%. Verifica-se no segundo turno, significativo crescimento em relação ao primeiro turno, um fato completamente inédito. À exceção do Nordeste do Brasil que manteve a tradição e registou menor índice na segunda volta, todas as demais regiões registaram crescimento no segundo turno. Isto, mais uma vez, é o contrário do resultado registado em todas as eleições de 1989 até 2014.

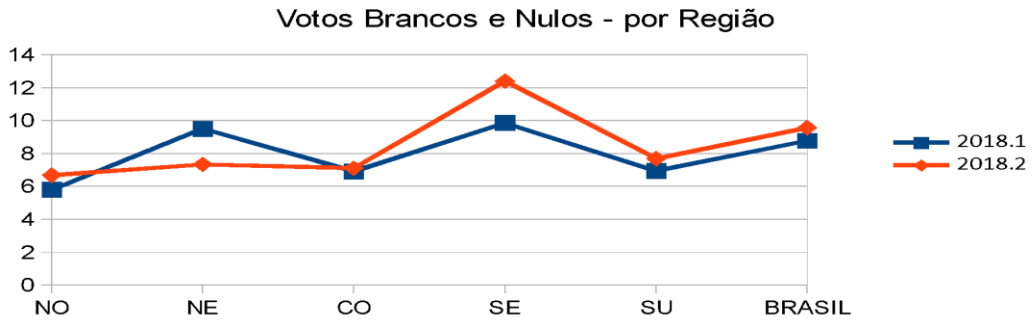
Ressalte-se que em 2018.2 não houve a tradicional dupla PT e PSDB. A disputa entre PT e PSL, de algum modo, influenciou no comportamento eleitoral e os eleitores se dispuseram à invalidação do voto, não optando por uma escolha válida. Da Silva (2016) observou que o eleitor brasileiro se predispõe ao voto inválido quando não há uma perceção de verdadeira escolha num processo eleitoral – entre um candidato lulista e um aventureiro de discurso extremo, um número recorde de eleitores preferiu invalidar seus votos. Ao fim, o ponto fora da curva no comportamento eleitoral pode-se registar no Nordeste do país. Apesar de manter a expressiva maioria dos votos válidos ao candidato do PT, como nas últimas eleições presidenciais de 2006 a 2014, garantiu mais votos válidos no segundo turno, assegurando a Fernando Hadadd, a maior votação já registada a um candidato na região. Ainda assim, a região Sudeste foi determinante e provocou uma mudança radical no perfil dos votos brancos e nulos desde 2002. O deslocamento ora verificado dos votos inválidos da região Nordeste para o Sudeste e Sul do país sinalizam uma provável inversão na correlação com o IDH, como poderá ser observado no capítulo seguinte.

Tabela 7 – Eleições 2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica- 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2018.1	5,80	9,52	6,92	9,87	6,95	8,79
2018.2	6,68	7,34	7,11	12,41	7,70	9,57

Fonte: TSE. Eleições 2018 (TSE, 2018). *Elaboração própria*

Gráfico 5 - *Eleições 2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica- 1º e 2º turnos*



Fonte: TSE. Eleições 2018 (TSE, 2018). *Elaboração própria*

2.6 Análise comparativa (1989-2018): Variação entre o primeiro e o segundo turno

Excluindo-se as eleições de 1994 e 1998 que foram decididas em primeiro turno, observa-se, a despeito das particularidades de cada pleito presidencial, um comportamento eleitoral dentro dos parâmetros de regularidade, com variações negativas entre os primeiros e segundos turnos, à exceção de 2018 em que, pela primeira vez, o segundo turno apresenta mais votos inválidos do que o registado no primeiro turno. A maior variação entre o primeiro e o segundo turno no período se deu nas eleições de 2002, a primeira eleição de Lula da Silva. O grande impacto na variação percentual é observado nas eleições de 2018, especialmente na segunda volta, cujo percentual é bem superior à média registada nos outros pleitos.

Tabela 8 – Eleições 1989-2018 – Percentual dos votos inválidos 1º e 2º turnos

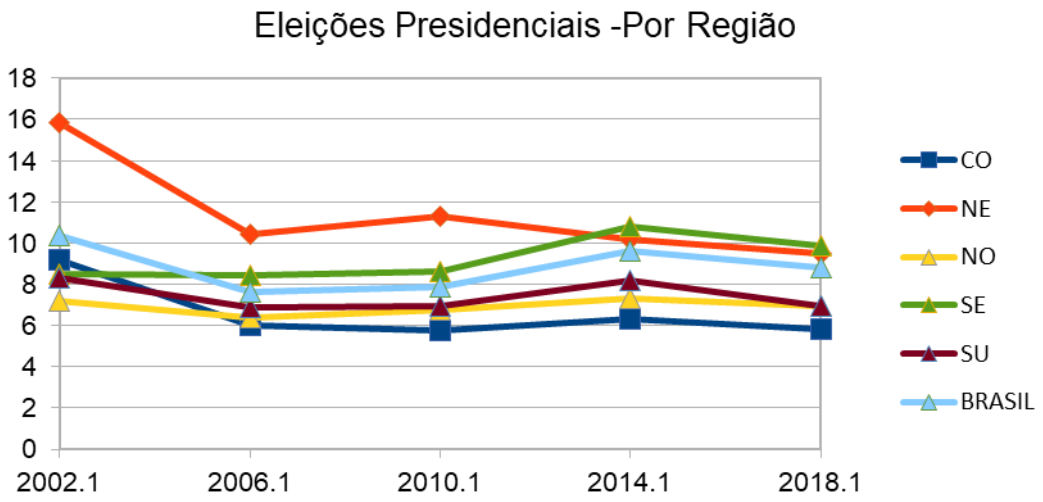
ELEIÇÃO	**1989**	**1994**	**1998**	**2002**	**2006**	**2010**	**2014**	**2018**
1º Turno	6,4	19,2	19,1	10,39	7,64	7,90	9,64	8,79
2º Turno	5,8	00,0	00,0	6,00	6,01	6,70	6,34	9,57

Fonte: Estatística TSE – Elaboração própria. 1994 e 1998 – eleições decididas em primeiro turno

2.7 Análise comparativa (2002-2018): Variação do primeiro e segundo turno

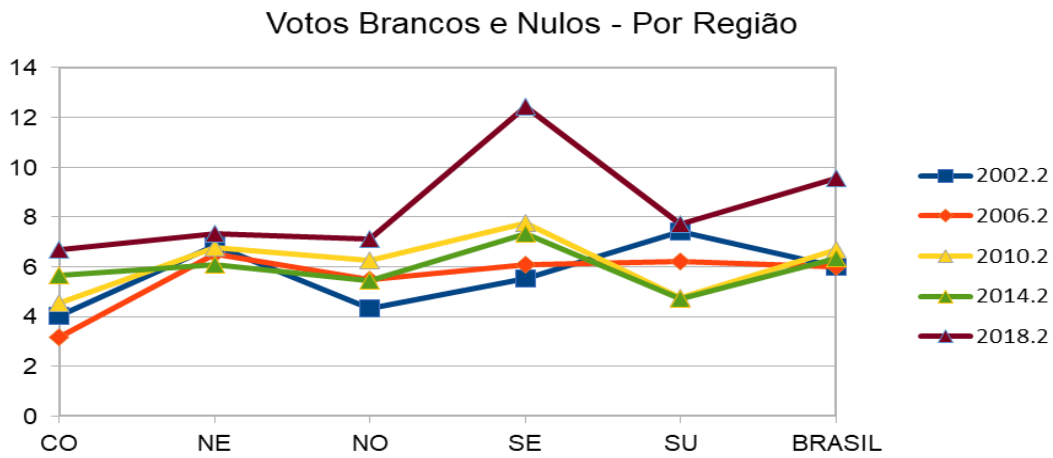
Quando se analisa por região geográfica, verifica-se que a região Nordeste que sempre esteve na primeira posição nos primeiros turnos, cede o lugar à região Sudeste que, a partir de 2014, assume a liderança dos votos inválidos. Já na segunda volta das eleições, a variação é, ao longo do período analisado, menos expressiva, destacando-se a grande virada nas eleições de 2018, com o elevado percentual registado na região Sudeste que alcançou 12,41% do total dos votos inválidos.

Gráfico 6 – Eleições 2002-2018 – Percentual dos votos inválidos -1º turno, por Região Geográfica



Fonte: TSE. Eleições Presidenciais 2002/2018. 1º turno. Elaboração própria

Gráfico 7 – Eleições 2002-2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica-2º turno



Fonte: TSE. Eleições Presidenciais 2002/2018. 2º turno - Elaboração própria

3. OS VOTOS INVÁLIDOS E O IDH: CORRELAÇÃO E REGRESSÃO

Neste capítulo, primeiro, explica-se como foi realizada a coleta de dados e discute-se a metodologia aplicada para os cálculos estatísticas, enfatizando em que maneira ela se distingue e busca aperfeiçoar aquela escolhida por Costa (2006). Em seguida, apresentam-se as médias nacionais de votos inválidos calculadas a partir de dados dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal (em todos os anos eleitorais de 2002 a 2018), assim como a média do IDH brasileiro associada à cada ano eleitoral (Tabela 8). Finalmente, destacam-se os resultados do cálculo de correlação linear (coeficiente de Pearson) entre o índice de votos inválidos de cada unidade federativa e o seu IDH em cada uma das cinco eleições aqui investigadas (Tabela 9).

3.1 Coleta de Dados

A principal fonte dos dados eleitorais utilizada foi o IPEADATA[3]. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi utilizada plataforma de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil[4], o IBGE[5] e o DATASUS[6]. As principais variáveis utilizadas são provenientes do IPEADATA (que tratou os dados eleitorais originários do Tribunal Superior Eleitoral) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH dos estados).

Quanto ao IDH dos estados, há de se ressaltar sua indisponibilidade em alguns anos eleitorais. Portanto, para as eleições de 2002 e 2006, foram considerados os dados do IDH de 2000 como base para as estatísticas. Para as eleições de 2010 e 2014,

3 IPEADATA: Base do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de indicadores macroeconômicos, regionais e sociais. http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspxIpeaData
4 ATLASBRASIL: O Atlas é, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano- http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/
5 IBGE: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html
6 DATASUS: é o departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02

foram utilizados os dados do IDH em seus respetivos anos (2010 e 2014), enquanto que para a eleição de 2018, utilizou-se o IDH do ano de 2017.[7]

3.2 Métodos

Os métodos utilizados foram pautados pelo trabalho de Costa (2006), embora adaptados e corrigidos quando necessário. Mais precisamente, a metodologia de Costa envolve dois passos: (1) o cálculo das correlações lineares entre o percentual de votos inválidos com o IDH estadual e (2) a aplicação de regressões lineares simples utilizando o percentual de votos inválidos como variável dependente, e o IDH estadual como variável explicativa (Múltiplos Quadrados Ordinários). Neste trabalho, optou-se por adaptar e replicar apenas o primeiro passo da análise de Costa, isto é, o cálculo dos coeficientes de correlação linear, pelas razões que se seguem.

Em primeiro lugar, cabe-se destacar uma primeira distinção entre a metodologia empregada por Costa (2006) no cálculo dos coeficientes de correlação linear entre IDH estadual e votos inválidos, e a metodologia aqui adotada. O cálculo do coeficiente de correlação linear é uma análise na qual se quantifica a força de associação entre duas variáveis. Ou seja, a partir deste coeficiente é possível indicar o quanto uma variável aumenta quando a outra também aumenta (no caso de uma correlação positiva) ou diminui quando a outra aumenta (em uma correlação negativa).

O coeficiente calculado neste trabalho é estimado a partir da divisão da covariância entre as duas variáveis e o produto do desvio padrão de ambas. Portanto, assume-se como pressuposto básico à sua adequação que as variáveis sejam contínuas, ainda que sejam truncadas, como no caso de percentuais e do IDH. Costa (2006, p. 131-132), por outro lado, utilizou uma categorização do IDH em cinco categorias englobando estados com valores próximos (classificando os 27 estados brasileiros em apenas 5

7 Os IDHs de 2000 e 2010 foram estimados a partir de dados dos Censos realizados nestes exercícios, enquanto o de 2014 com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) anual, e o de 2017 com dados da PNAD contínua, que substituiu a anual em 2016.

classes). Esta categorização, entende-se, fere o pressuposto de continuidade da variável envolvida em uma correlação.

No caso deste trabalho, portanto, foi utilizada a correlação linear de Pearson e, ao invés de se categorizar os estados brasileiros em classes de IDH semelhante, os cálculos foram realizados com os dados precisos dos IDH estaduais dos períodos correspondentes. Isto permite maior fidelidade aos resultados encontrados no cálculo dos coeficientes de correlação linear. A correlação linear de Pearson é uma análise bivariada na qual se quantifica a força de associação linear entre duas variáveis, estimada a partir da divisão da covariância entre as duas variáveis e a raiz quadrada da variância de uma, vezes a variância da outra. Os coeficientes de Pearson são acompanhados de seu p-valor, os quais permitem indicar a significância dos coeficientes encontrados (sendo a mais alta quando p-valor encontra-se entre 0 e 0,001, em segundo lugar, entre 0,001 e 0,005, em terceiro lugar, entre 0,005 e 0,01, e insignificante de outro modo).

A segunda diferença significativa entre a metodologia de Costa e aquela aqui empregada é relativa à montagem de modelos de regressão. Costa (2006, p. 130-131) utilizou uma metodologia *stepwise,* útil quando se quer identificar quais variáveis devem ser utilizadas em uma regressão, mas que, no caso, ao ser aplicada para cada eleição presidencial, levou a estimação de modelos diferentes a cada eleição – e a cada tipo de voto (já que este autor considera os votos nulos e brancos em separado). O fato de ter utilizado diversos modelos durante seu trabalho impede que sejam comparados os coeficientes das variáveis, uma vez que a cada modelo estão sendo relacionadas variáveis distintas.

Por estas razões, em um primeiro momento, buscou-se identificar um modelo a ser aplicado a todas as eleições para comparar a relação da variável IDH como explicação ao percentual de votos inválidos. Segundo o modelo que buscou-se empregar, o coeficiente de regressão dos mínimos quadrados ordinários se daria através da divisão da covariância entre as duas variáveis e a variância do IDH (que é considerada

como a variável de interesse). Este cálculo resultaria no coeficiente de regressão MQO (Mínimos Quadrados Ordinários). A partir do cálculo do coeficiente de regressão MQO, seria possível estimar o quanto a variação do IDH de um estado (variável explicativa) "afetaria" a sua variação no índice de votos inválidos (variável dependente). O intuito era o de que estes resultados incrementassem aqueles obtidos através do cálculo de coeficiente linear.

No entanto, a montagem destes modelos de regressão deu surgimento a uma série de limitações que, ao final, comprometeram a sua relevância estatística e implicaram a decisão de excluir do trabalho. A primeira limitação é a de que a variável explicativa dos modelos de regressão (os índices de votos inválidos no 1º e 2º turno) não apresentam distribuição normal. Isto significa que, mesmo que se montassem modelos de regressão, não seria possível estimar a sua significância estatística. Resulta que os modelos perderiam uma parcela significativa de sua relevância estatística. A segunda limitação diz respeito à ausência de uma variável de controle para dar mais confiança aos resultados obtidos pela regressão.

A ausência deste passo metodológico – o cálculo dos modelos de regressão MQO – poderia se apresentar como uma deficiência do presente trabalho em comparação àquele de Costa (2006). No entanto, os modelos de regressão calculados por Costa (2006) apresentam pouca adequação para o objetivo a que se propõem no presente estudo, isto é, o acompanhamento do comportamento da relação de uma variável específica— neste trabalho seria o IDH—com os percentuais de votos nulos e brancos no decorrer do tempo.

Em conclusão, a problemática verificada na metodologia empregada por Costa (2006), aliada à ausência de uma variável de controle adequada e da normalidade da variável explicativa, demonstraram que a aplicação de modelos de regressão no presente trabalho seria estatisticamente inapropriada. Assim, decidiu-se seguir Costa apenas no primeiro e mais importante passo de sua metodologia: o cálculo dos coeficientes de correlação linear.

Os votos inválidos, brancos e nulos, foram analisados de forma conjunta. A princípio buscou-se analisar conjunta e separadamente como fez Costa (2006). Porém, identificou-se um padrão de resultados aleatórios quando os votos brancos e nulos foram analisados separadamente. Pode-se verificar, por exemplo, em uma eleição, a correlação entre o IDH e os votos nulos positiva e alta, enquanto a correlação do IDH com os votos brancos, negativa e muito baixa; na eleição seguinte, o padrão se inverteu. Acrescente-se que esta aleatoriedade pode ser proveniente da hipótese de irrelevância de alternativas, comum à teoria da escolha e muito aplicada a modelos que visam identificar fatores explicativos do voto dos eleitores. Para o indivíduo que compareceu à votação e não escolheu algum dos candidatos, em tese, não há diferença entre votar nulo ou votar em branco. O resultado será sempre um voto inválido, sem eficácia eleitoral.

3.3 Estatística Descritiva

Tabela 9 – Médias nacionais 2002-2018 (votos inválidos 1º e 2º turno, e IDH)

	Geral					
		2002	**2006**	**2010**	**2014**	**2018**
Votos nulos e brancos, 1º turno	0,087	0,109	0,080	0,083	0,086	0,077
	(0,001)	(0,002)	(0,000)	(0,001)	(0,001)	(0,001)
Votos nulos e brancos, 2º turno	0,062	0,060	0,053	0,063	0,057	0,077
	(0,001)	(0,000)	(0,001)	(0,000)	(0,001)	(0,001)
IDH	0,669	0,576	0,576	0,705	0,738	0,749
	(0,009)	(0,005)	(0,005)	(0,002)	(0,002)	(0,002)
Nº de observações	135	27	27	27	27	27

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela apresenta as médias nacionais de cada uma das três variáveis (Média de votos inválidos na 1º volta; Média de votos inválidos na 2º volta; Média do IDH) e, em baixo e dentro dos parênteses, a sua variância.

Outro exemplo, no primeiro turno de 2006, a média de votos inválidos encontrada foi 0,080 no primeiro turno (significando que, em média, cada estado brasileiro teve 8% de votos inválidos) e 0,053 no segundo turno (significando que, em média cada estado brasileiro teve 5,3% de votos inválidos).

Já nesse estágio inicial de análise dos dados, diversas constatações interessantes podem ser feitas. Como se pode claramente observar, os votos nulos e brancos são mais comuns nas primeiras voltas do que nas segundas voltas. Por exemplo, em 2002 encontramos 0,109 para a primeira volta, e 0,060 para a segunda volta. Calculando-se a média de todas as eleições (2002-2018), cada estado brasileiro possuiu uma média de 8,7% de votos inválidos no primeiro turno, e 6,2% no segundo.

Existe apenas uma exceção a esse comportamento (diminuição de votos inválidos do primeiro para o segundo turno). Trata-se do caso de 2018 (onde os índices encontrados para a 1º e 2º volta são os mesmos). Isto significa que, em 2018, o percentual médio de votos inválidos nacional no primeiro e segundo turnos é igual.

O IDH também apresentou diferença estatística entre os anos eleitorais, alterando-se de 0,576 para 0,749 em média. Ressalta-se que o IDH utilizado para 2002 e 2006 foi o mesmo, baseado no Censo de 2000.

3.4 Correlação linear

Tabela 10 – Correlação entre os percentuais de votos nulos e brancos e os IDHs estaduais

	Geral	**Eleição**				
		2002	**2006**	**2010**	**2014**	**2018**
1º turno	-0,401***	-0,685***	-0,414**	-0,407**	-0,132	-0,083
	(0,000)	(0,000)	(0,032)	(0,035)	(0,511)	(0,681)
2º turno	0,227***	-0,054	0,075	0,094	0,091	0,401**
	(0,008)	(0,789)	(0,710)	(0,640)	(0,650)	(0,038)

Nº de observações	135	27	27	27	27	27

Obs.: *** indica significância a 1% e ** indica significância a 5%.

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 10 contém os resultados para as correlações de Pearson entre os percentuais de votos inválidos de cada estado, em cada eleição, e o seu IDH, os quais indicam se o comportamento das variáveis investigadas (votos inválidos e IDH) é contrário ou não. Se contrário (significa que uma variável aumenta quando a outra diminui, e vice-versa), e possui um sinal negativo. Os coeficientes encontrados são acompanhados de uma medida de significância.[8] Quando os coeficientes possuem alta significância, eles são acompanhados do sinal "***". Quando a significância é moderada, usa-se o sinal "**". A medida de significância, por sua vez, é calculada a partir de seu p-valor, indicado dentro de parênteses, abaixo dos coeficientes de Pearson. O p-valor é calculado a partir de um teste de médias. Quando este tem um valor abaixo de 5%, ele é considerado significante, e insignificante do contrário.

É possível notar que há um comportamento contrário entre as variáveis quando os turnos são analisados separadamente, isto é, que a correlação é negativa e significante no primeiro turno, e positiva no segundo turno (apesar de que essa é fortemente influenciada pelos números atípicos do segundo turno de 2018). De facto, analisando cada eleição, é possível encontrar um sinal negativo e significante para os primeiros turnos de 2002, que converge ao resultado apresentado por Costa (2006, p. 180-181)[9]. A convergência entre os índices encontrados aqui e por Costa com relação ao primeiro turno da eleição de 2002 dá plausibilidade à assunção de que o ponto de partida de nossa pesquisa está em sintonia com aquela contra a qual se pretende comparar. O sinal indicativo de significância do coeficiente está igualmente presente nos primeiros turnos de 2006 e 2010. Isto mostra que nos primeiros turnos de 2002, 2006 e

8 Os coeficientes (p-valores) foram calculados através da linha de código do software Stata 14.

9 A correlação encontrada nessa pesquisa para o primeiro turno de 2002 (-0,685) é compatível com aquela encontrada por Costa (-0,76 para votos nulos/IDH e -0,38 para votos brancos/IDH). Ver Costa (2006, p. 180-181).

2010, pode-se inferir, com moderada certeza, que o índice de votos inválidos caminha inversamente ao IDH dos estados.

Por outro lado, observa-se que o coeficiente de correlação dos primeiros turnos, embora sempre negativo, diminuiu a cada eleição, ao ponto de se tornar não significativo a partir de 2014. Dessa forma, não é possível inferir que o IDH esteve negativamente correlacionado ao índice de votos inválidos nas últimas duas eleições. Por si só, isto já corrobora uma das hipóteses iniciais deste trabalho: a de que o voto inválido no Brasil deixou de ser maioritariamente explicável pelos indicadores socioeconómicos das regiões brasileiras.

O comportamento dos votos inválidos com relação ao IDH é notoriamente distinto quando a atenção é voltada aos segundos turnos das eleições presidenciais. Em primeiro lugar, observa-se que o coeficiente geral das cinco eleições (segundo turno) indica uma correlação positiva altamente significante (***) entre IDH e voto inválido, isto é, quanto maior o IDH, maior o número de votos inválidos e vice-versa. Por outro lado, este alto coeficiente é influenciado principalmente pelos dados descomunalmente altos de 2018. Na eleição de 2002, por exemplo, a correlação era negativa, assim como no caso do primeiro turno, apesar de não significativa. É importante destacar que a ausência de significância nos coeficientes perdurou em todos os segundos turnos até 2018, quando apresentou uma correlação positiva significante de nível moderado (**).

Pode-se concluir que, de maneira geral, nos primeiros turnos das eleições presidenciais de 2002-2018, o percentual de votos inválidos se comporta de forma contrária ao IDH dos estados. Por outro lado, essa tendência diminui progressivamente até deixar de existir nos dois últimos primeiro-turnos de eleições presidenciais (2014 e 2018). Isto indica que, ao menos no que diz respeito aos primeiro-turnos eleitorais, IDH e votos inválidos se tornaram cada vez mais independentes; este achado corrobora uma das principais hipóteses deste trabalho: o voto inválido se tornou progressivamente independente das condições socioeconómicas dos estados do país, ou que pelo menos

a sua correlação negativa significante, encontrada por Costa com relação ao período 1989-2002, tornou-se insignificante.

Nos segundo-turnos das eleições de 2002-2018, o número de votos inválidos e o IDH dos estados se comporta de maneira sincronizada: quanto maior um, maior o outro. Por outro lado, deve-se registar que a correlação positiva verificada deve-se principalmente aos dados atipicamente altos de 2018, onde votos inválidos e IDH se comportam com moderada significância (**), indicando que, no segundo turno os estados da região mais desenvolvida do País, evidenciam a tendência de ter mais votos inválidos.

Se eliminados do cálculo os números de 2018, a correlação entre votos inválidos e IDH nos segundo-turnos das eleições resultaria sem significância. Apesar de este achado ser, de certa forma, menos surpreendente do que uma correlação positiva, ele já é, por si só, suficiente para corroborar a hipótese de que os resultados encontrados por Costa (2006) para o período de 1989-2002 – uma forte correlação negativa – já não se aplicam ao cenário eleitoral brasileiro mais recente. Em resumo, o voto inválido brasileiro parece ter se deslocado aos grandes centros urbanos e industriais do país, concentrados na região sudeste. Significa dizer que, IDH e votos inválidos com base nos dados das últimas cinco eleições presidenciais brasileiras (primeiro e segundo turnos) já não possuem a pronunciada correlação negativa de outrora. E isto se dá de maneira ainda mais dramatica quando apenas o segundo turno é levado em consideração.

CONCLUSÃO

A hipótese inicial do presente estudo, baseada nos dados oficiais sobre a incidência de votos inválidos nos estados e regiões brasileiras, sugeria que os achados

de Costa (2006) necessitariam ser revisados, dado o aparente deslocamento destes votos em direção ao sul do país e, em especial, à região mais desenvolvida: o Sudeste, que engloba os três estados mais populosos do país; respetivamente, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com o objetivo de testar essa hipótese, realizou-se o seguinte percurso: No capítulo 1, apresentou-se uma breve revisão da literatura especializada – tanto no contexto internacional como nacional, destacando-se os pontos mais importantes: a adoção de um modelo taxonómico tríplice para conceitualizar os tipos de eleitores que intencionalmente invalidam seu voto: insatisfeitos, alienados e antissistémicos. Por meio de uma análise de importantes pesquisas em nível individual sobre a alienação eleitoral brasileira, como Borba (2008) e da Silva (2016), ensaiou-se um breve aprofundamento no comportamento dos eleitores brasileiros, focando-se nas teses desses autores segundo as quais o eleitor brasileiro que invalida seu voto é primariamente um eleitor *insatisfeito/crítico* (sobretudo com políticas setoriais, com a qualidade da democracia do país, e com a qualidade dos atores políticos que se apresentam no contexto eleitoral). Adicionalmente, poder-se-ia conjeturar que, secundariamente, este eleitor é um eleitor politicamente *alienado* (mesmo quando dotado de alta escolaridade) e, apenas em terceiro lugar, um eleitor com tendências *anti-sistémicas/antidemocráticas*. Enfatiza-se que esta é apenas uma conjetura explicativa, não havendo neste trabalho dados suficientes para a sua confirmação. De facto, a verificação desta conjetura requer, em primeiro lugar, uma análise do voto inválido brasileiro a nível individual, utilizando-se dos dados de consultas públicas e pesquisas de opinião recentes. Se confirmada, este hipótese implicaria que as limitações do sistema eleitoral brasileiro que são responsáveis pelo alto índice de votos nulos e brancos nas eleições presidenciais é um problema político a ser resolvido por melhores gestores e por melhores políticas públicas. Apesar do difícil desafio que estes tipos de problema suscitam, sua natureza é diversa daquele que estaria saliente em um país onde uma significativa parcela da população possui tendências anti-democráticas, o que tornaria esta nação vulnerável a tomadas autoritárias de poder e rompimento da ordem institucional.

Nos capítulos 2 e 3, a atenção foi voltada às eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2018. No primeiro deles, apresentou-se uma descrição da conjuntura político-eleitoral no período de cada uma das cinco eleições, seguida de uma apresentação dos números oficiais de votos inválidos. Dentre os vários pontos aí discutidos, enfatizou-se o constante embate entre os partidos de esquerda e centro, PT e PSDB, que somente sofreu interferência na atípica eleição de 2018, onde o partido de (extrema-)direita PSL se sagrou vencedor num cenário de polarização jamais vista desde a reinstauração da democracia no Brasil. Essas observações serviram como preparação para a análise estatística, apresentada no capítulo seguinte, cujo objetivo foi analisar a correlação do IDH dos 26 estados e do Distrito Federal com o seu índice de votos inválidos (através do cálculo do coeficiente de Pearson). Os métodos utilizados visavam refletir aqueles utilizados por Costa (2006).

Os achados apresentados no capítulo 3 respondem à pergunta inicial desta dissertação: a correlação negativa entre IDH e votos inválidos encontrada por Costa nas eleições de 1989-2002, alterou-se. Tornou-se progressivamente insignificante nos últimos processos eleitorais brasileiros. Primeiro, os resultados da correlação linear entre o IDH de um estado e seu índice de votos inválidos no primeiro turno tornaram-se progressivamente menos significativos até perder qualquer significância estatística nos anos de 2014 e 2018. Estes resultados sugerem que a situação socioeconómica dos estados brasileiros, expressa em seu IDH, é cada vez menos um fator relevante na explicação do número de votos inválidos dos primeiros turnos das eleições presidenciais.

Ainda mais dramático foi o achado referente ao segundo turno: se em 2002 a correlação era negativa (porém sem significância estatística), observou-se uma constante inversão da correlação, até o ponto onde, em 2018, a correlação encontrada foi fortemente positiva. Os achados relativos à correlação entre estas duas variáveis significam que, cada vez mais, os estados com os melhores indicadores socioeconómicos concentraram o maior índice de votos inválidos. Mais tecnicamente, pode-se concluir

que a condição socioeconómica dos estados brasileiros progressivamente se tornou insignificante para a previsão do comportamento dos votos inválidos do país.

Seria demasiado ambicioso afirmar com qualquer grau de segurança quais as razões – seguramente múltiplas – que explicariam estas transformações no comportamento eleitoral brasileiro. Por outro lado, é possível tecer algumas conjeturas mesmo que de caráter apenas exploratório.

A partir de 2002, todas as eleições presidenciais brasileiras utilizaram urnas eletrónicas que, dado seu funcionamento simples e semelhante ao de um telefone comum, facilitaram o processo de votação e reduziram o número de votos invalidados por erro do eleitor. Os eleitores com menos escolaridade seriam os mais expostos ao erro com cédulas complexas como as utilizadas até 1998. Pode-se conjeturar que o número de votos inválidos por erro do eleitor, no período de 2002 a 2018, foi menor que no período analisado por Costa (2006). Esta seria, dentre outras, uma possível razão preliminar de se haver encontrado uma correlação entre IDH e votos inválidos distinta, e muito menos significante, do que aquela encontrada por Costa (2006).

Por outro lado, como sugeriu-se na análise discursiva apresentada no capítulo 2, o cenário eleitoral brasileiro das eleições de 2010, 2014 e 2018 mostrou-se cada vez mais polarizado. O crescente distanciamento das opções políticas mais ao "centro" e mais acirrada entre "um projeto de esquerda" e "um projeto de direita" foi paulatinamente sendo refletida numa sociedade igualmente dividida. Não é exagero afirmar que a opção eleitoral tornou-se uma parte essencial da identidade social das pessoas como nunca ocorrido na história recente brasileira. Especialmente em 2018, votar no PT ou ser antipetista tornou-se característica definidora da personalidade da maioria do eleitor brasileiro. Esse cenário de polarização certamente teve efeitos sobre o comportamento dos votos inválidos. Muitos dos que se sentiam alienados por esta dicotomia direcionaram-se ao voto inválido como escapatória – seja esta uma escolha de protesto ou de alienação política -, algo que pode haver sido refletido no alto índice de votos inválidos nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, especialmente no segundo

turno desta eleição (o único segundo turno de todas as eleições brasileiras desde 1989 que apresentou mais votos inválidos que o turno anterior).

Não é de surpreender os recordes dos votos inválidos apresentados em quase todas as regiões do país. Mas por que mais no Sudeste e menos no Nordeste? Uma conjetura é a de que o Nordeste, forte cidadela do voto de esquerda e do PT, além de governado, em ampla maioria, por governadores de esquerda que apoiaram o PT no segundo turno, apresentou muito mais resistência a ceder ao voto inválido. Em termos mais simples, o eleitor nordestino se via mais ameaçado com a derrota do PT. Assim, muitos eleitores do sul brasileiro com algum tipo de resistência ao projeto político notadamente extremo de Jair Bolsonaro, decidiram abster-se ao voto válido a manifestar apoio a um dos dois candidatos. A consequência de todos estes fatores – e, sem dúvidas, muitos outros para os quais não há espaço nesta análise – é um sistema político que prescinde de muitos ajustes no sistema eleitoral.

Um ponto destaque que se faz à presente análise e que condiz com a realidade atual (além das apresentadas por outros autores), o voto inválido do eleitor brasileiro reflete a *insatisfação política* e pode ser caracterizado como um voto de protesto político, ou, secundariamente, um voto de eleitores alienados e indiferentes. Precisa-se, portanto, continuar atuando em prol do fortalecimento da democracia brasileira e evitar a ascensão de eleitores anti-sistémicos que poderiam por em risco a estrutura política democrática do país.

BIBLIOGRAFIA

ALDASHEV, G. and MASTROBUONI, G. (2013). 'Invalid Ballots and Electoral Competition'. *Carlo Alberto Notebooks*, 153, pp. 1–39.

ALMEIDA, Mário Ybarra de (2006). A reeleição de Lula: Ou o enterro provisório de uma crise estrutural. World Socialist Web Site. https://www.wsws.org/pt/2006/nov2006/por4-n08.shtml

ALMEIDA, Eduardo Simões de *et al* (2007). O fator "Agora é Lula" nas eleições presidenciais de 2002. Disponível em: http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/td_001_2007.pdf

ALMEIDA, Alberto Carlos. (2018a). O Voto do Brasileiro. -1ª ed.. Rio de Janeiro: Record.

ALMEIDA, Alberto Carlos. (2018b). A Cabeça do Brasileiro. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Record.

BAQUERO, Marcello (2007). Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). Opin. Pública vol.13 no.2 Campinas Nov.2007.

BAQUERO, Marcello (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opin. Publica vol.14 no.2 Campinas Nov. 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200005

BOBBIO, Norberto(1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed.UEP, 1995, p. 105.

BOBBIO, Norberto. (2017). O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira – 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

BORBA, J. (2008) As Bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. Debates, v. 2 n. 2, p. 134-157.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2007). 'O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006'. *Revista Sociedade e Política*. Nº 10. Abril 2007. P. 53-89.

CARREIRÃO, Yan de Sousa (2004). A Eleição Presidencial de 2002: Uma análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004 179.

CARREIRÃO, Yan de Sousa (2007). A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. Revista Política e Sociedade. 10, abril de 2007.

CISNEROS, G. I. (2013). 'Movilización, escolaridad y voto nulo: La elección federal de 2009 en México'. *Política y Gobierno*, 20(1), pp. 39–78.

COSTA, Homero de Oliveira. (2006). *Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989 a 2002)*. Tese Doutorado

em Ciências Sociais, apresentada à Pontífice Universidade Católica –SP. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3779/1/Homero%20de%20Oliveira%20Costa.pdf. Acesso em 30/03/2018.

COSTA, Homero de Oliveira (2007). *Democracia e Representação Política no Brasil – uma análise das eleições brasileiras (1989-2002)*. Porto Alegre; Ed. Sulina, 2007

COHEN, Mollie J. (2018), 'Protesting via the Null Ballot: An Assessment of the Decision to Cast an Invalid Vote in Latin America', *Political Behavior*, 40(2): 395–414.

CONTRI, André Luis (2014). 'Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma'. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20.

DA SILVA, R. (2016) *Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos.* Tese de Doutorado (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina), disponível em: *https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169659*

DRISCOLL, A., & NELSON, M. J. (2014). 'Ignorance or opposition? Blank and spoiled votes in low-information, highly politicized environments'. *Political Research Quarterly*. Doi:10.1177/ 1065912914524634.

FIGUEIREDO, Rubens e COUTINHO, Ciro (2003). Eleição 2002. CEPAC – Pesquisa e Comunicação. Opin. Pública vol.9 no.2 Campinas Oct. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005

KOUBA, Karel . & LYSEK, Jakub. (2019) 'What affects invalid voting? A review and meta-analysis'. *Government and Opposition 54 (4), p. 745-775.*

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1990). 'Nota de pesquisa: Alienação eleitoral e seus determinantes'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.14.

LIPSET, Seymour Martin, ROKKAN, Stein ([1985]1992), *"Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores", in Seymour Martin Lipset, Consenso e Conflito, Lisboa: Gradiva, pp. 161-259*

MALTEZ, José Adelino (2018). Manual de Ciência Política – Teoria Geral da República – ISCSP. Ulisboa. Coleção Manuais Pedagógicos. Maio 2018.

MARTINS, Manuel Meirinho (2010). Cidadania e Participação Política: temas e perspectivas de análise. ISCSP. Ulisboa. Coleção Manuais Pedagógicos. Guide Artes Gráficas. Outubro 2010.

MARTINS, Manuel Meirinho (2015). Representação Política. Eleições e Sistemas Eleitorais – uma introdução – Segunda Edição (revista e aumentada). ISCSP. Ulisboa. Coleção Manuais Pedagógicos. Guide Artes Gráficas. Setembro 2015.

MORAL, M. (2016). 'The passive-aggressive voter: The calculus of casting an invalid vote in European democracies'. *Political Research Quarterly*, 69(4), pp. 732–745.

NICOLAU, Jairo (1998). A urna eletrônica e seus efeitos. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, coluna Opinião, 16 de outubro de 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz16109810.htm

NICOLAU, Jairo (2002). 'A participação eleitoral no Brasil'. In: VIANNA, Luis Werneck (Org.). A democracia e os três poderes. Rio de Janeiro: IUPERJ/Fapesp, Belo Horizonte: UFMG.

NICOLAU, Jairo Marconi (2012). Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais / Jairo Nicolau.– Rio de Janeiro: Zahar.

NICOLAU, Jairo (2018). O Triunfo do Bolsonarismo. Como os eleitores criaram o maior partido de extrema direita da história do país. Revista PIAUÍ. Questões Eleitorais. Edição 146. Novembro 2018. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/

PACHÓN, M., CARROLL, R. and BARRAGÁN, H. (2017). 'Ballot Design and Invalid Votes: Evidence from Colombia', *Electoral Studies*, 48: 98–110.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. (2011). 'Mobilidade social ascendente e voto: As eleições presidenciais de 2010 no Brasil'. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, n.2, Novembro, p. 304-332.

PEREIRA, Ana Elisa Gonçalves e outros. (2015). *A Eleição de Dilma em 2010 e seus Determinantes: Evidências Empíricas do Programa Bolsa Família.* Análise Econômica, Porto Alegre, ano 33, n. 64, p. 111-142, set. 2015.

POWER, T. J., & GARAND, J. C. (2007). 'Determinants of invalid voting in Latin America'. *Electoral Studies 26, pp. 432–444.*

QUEIROZ, Antonio Augusto de (2018). 'O papel dos robôs e das redes sociais nas eleições deste ano'. *Revista Consultor Jurídico*, 23 de outubro de 2018 . Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-out-23/antonio-queiroz-papel-robos-redes-sociais-eleicoes

REIS, Fábio Wanderley (2014). 'Eleição de 2014: "País Dividido" e questão social'. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n.6, p.8-16, out. 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme (1987). *Crise castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ.

SINGER, André (2010). 'A história e seus ardis. O lulismo posto à prova em 2010'. *Folha de São Paulo*. Eleições. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1909201005.htm

SOARES, Gláucio Ary Dillon e TERRON, Sonia Luiza (2008). 'Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)'. *Opin. Publica* vol.14 no.2 Campinas Nov. 2008.

WERNECK, Luiz Viana (2010). Conjuntura político-eleitoral 2010. Publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo-RS.

SITES:

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 02/02/2018.

BRASIL. Lei Eleitoral (1995). Lei nº 9.100/1995. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9100-29-setembro-1995 37289normapl.html. Acesso em 10/05/2018.

BRASIL. Lei Eleitoral (1997). Lei nº 9.405/97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em 02/04/2018.

TSE (2002): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2002. – Brasília : TSE, 2003. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-ublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes /relatorio.pdf . Acesso em 10/04/2020.

TSE (2006): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2006. – Brasília : TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006

TSE (2010): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2010. – Brasília : TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010

TSE (2014): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2014. – Brasília : TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014

TSE (2018): BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Relatório das eleições 2014. – Brasília : TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE-Eleições 2014 e 2016). Estatísticas Eleitorais. 1º Turno. Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados. Acesso em 30/04/2018.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral-TRE-ES (2014). Voto branco e voto nulo, saiba a diferença. Disponível em: http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Outubro/voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-diferenca. #Eleições (2014). Acesso em 03/04/2018.

BBC (2018). Matéria da BBC News Brasil em Londres. Por Nathalia Passarinho. 'Eleições 2018: Cinco fatos que provam que Brasil vai às urnas para disputa sem precedentes' (07/10/2018) .Disponível em: *https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45760999*

CNI/IBOPE(2006). Pesquisa de intenção de voto referente à eleição presidencial brasileira de 2006. Disponível em: https://pt.wikinews.org/wiki/Divulgada_pesquisa_CNI/IBOPE_realizada_entre_29_e_31_de_Julho_referente_%C3%A0_elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_brasileira_de_2006.

DATAFOLHA (2005). Instituto de Pesquisas. Gerência de Pesquisa de Opinião Datafolha. Metodologia Avaliação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva/Intenção de Voto para Presidente. Realização 12/08/2005. Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/08/1222265-aprovacao-cai-reprovacao-continua-subindo-e-lula-atinge-pior-avaliacao-de-seu-mandato.shtml .

DATAFOLHA (2006). Instituto de Pesquisas. Opinião Pública – 30/09/2006. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2006/09/1193786-na-vespera-da-eleicao-lula-tem-50-dos-votos-validos.shtml

DATAFOLHA (2010a). Pesquisa de intenções de voto (03/05/2010). Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/05/1131367-serra-tem-54-entre-os-leitores-da-folha-dilma-e-marina-estao-empatadas.shtml

DATAFOLHA (2010b). 'Antes da TV, Dilma alcança 48% contra 41% de Serra' (11/10/2020). Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/10/1130567-antes-da-tv-dilma-alcanca-48-contra-41-de-serra.shtml

DATAFOLHA (2014). Instituto de Pesquisa DATAFOLHA. Eleições Presidenciais. Pesquisa de intenção de voto. Disponível em*:* http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/08/1502039-com-marina-disputa-presidencial-iria-para-o-segundo-turno.shtml

DATAFOLHA (2018). Instituto de Pesquisa DATAFOLHA. Pesquisa de intençõa de voto (28/10/2018). Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983786-bolsonaro-chega-a-vespera-da-eleicao-com-55-dos-votos-validos.shtml

EcoDebate na socialização da informação. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2010/09/24/conjuntura-politico-eleitoral-2010/

EXAME (2014). Matéria da revista Exame. "O antes e depois de Dilma na economia", por João Pedro Caseiro. 29/12/2014. Disponível em: *https://exame.abril.com.br/economia/o-antes-e-depois-de-dilma-na-economia/*

IBOPE. Pesquisa Eleitoral 2014. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Congresso em Foco 19/06/2014. Disponível em https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/popularidade-de-dilma-cai-de-36-para-31-diz-ibope/

FOLHA DE SÃO PAULO (2004). *Jornal "Folha de São Paulo". 10/12/2004.* Lula alcança pico de popularidade e torna-se favorito para 2006, diz "El País". Pesquisa CNI/Ibope. Site Folha/uol. isponível em *https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66191.shtml*

GLOBO (2010). Matéria do portal g1.globo.com. 'Dilma Rousseff é a primeira mulher eleita presidente do Brasil'. Publicado em 01/11/2010. Disponível em: http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html

GLOBO (2014). Matéria do portal g1.globo.com. 'Dilma tem 39%, Aécio 21%, e Campos, 10%, indica pesquisa Ibope'. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/dilma-soma-39-aecio-21-e-campos-10-indica-pesquisa-ibope.html

STF (2003). AÇÃO PENAL Nº 470-DF. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AP_470_Peticao_n_382072011.pdf

STF (2013). Dje nº 74/2013. Publicação: segunda-feira, 22 de abril . Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ementa-acordao-mensalao.pdf

PIAUÍ (2018). Matéria da Revista Piauí. 'O Triunfo do Bolsonarismo'. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/

VEJA (2010). Matéria do portal da Revista Veja (2010). 'Uma mulher no Planalto: Dilma é eleita presidente'. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/uma-mulher-no-planalto-dilma-e-eleita-presidente/

PESQUISAS:
http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/
http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html
http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02